



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS FACULDADE DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA

LAÍS ALVES DOS SANTOS

MULHER, TERRA E TERRITÓRIO:
o processo de des-territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em
Conceição do Araguaia- PA

MARABÁ

2018

LAÍS ALVES DOS SANTOS

**MULHER, TERRA E TERRITÓRIO:
o processo de des-territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em
Conceição do Araguaia - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia como requisito final para a obtenção do grau de Bacharela e Licenciada em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Rogério Rego Miranda
Coorientador: Professor Msc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva

MARABÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Santos, Laís Alves dos

Mulher, terra e território: o processo de des-territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Conceição do Araguaia- PA / Laís Alves dos Santos ; orientador, Rogério Rego Miranda, coorientador, Marcos Alexandre Pimentel da Silva. — 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Grupos sociais - Mulheres - Conceição do Araguaia (PA). 2. Mulheres - Condições sociais. 3. Geografia humana. 4. Mulheres do campo – Movimentos. 5. Mulheres - Liderança. I. Miranda, Rogério Rego, orient. II. Silva, Marcos Alexandre Pimentel da, coorient. III Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 305.4098115

Elaboração: Miriam Alves de Oliveira
Bibliotecária-Documentalista CRB2/583

FOLHA DE APROVAÇÃO

LAÍS ALVES DOS SANTOS

MULHER, TERRA E TERRITÓRIO: o processo de des-territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Conceição do Araguaia- PA

Conceito: _____.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof ° Dr. Rogério Rego Miranda (Unifesspa)

Examinador 1: Prof° Ms. Marcos Alexandre Pimentel da Silva (Unifesspa)

Examinador 2: Profª. Ms. Maria Célia Vieira da Silva (Unifesspa)

MARABÁ

2018

Dedico este trabalho com todo amor e gratidão aos meus pais, Maria Roseli Alves Vieira e João Batista dos Santos.

À uma das mulheres mais incríveis que já conheci, Deusirene Souza (in memorian), você sempre estará em meu coração.

*À todos que estiveram comigo.
E, à todas que de lutas e luas impossibilitam uma definição singular sobre o ser mulher.*

AGRADECIMENTOS

Lembro-me de como durante todos os meus vinte e um anos de vida houveram lugares em que eu sentia como se não fossem meus, ou pelo menos, que eles não eram “projetados” para mim, o que me deixava consciente de uma subordinação quase que convencional.

Mas, eu sempre quis ser diferente, ir além...quase biomédica, quase agrônoma, e FINALMENTE geógrafa. Em tempos de caos e desordem, em que cada caminho parece ser caminho, agradeço, em primeiro lugar à Deus por ter me guiado pelo caminho mais coeso, e, principalmente por ter colocado pessoas tão especiais em minha vida. Para que eu chegasse até aqui, muitas pessoas foram importantes, sem as quais, eu tenho certeza que não teria conseguido.

“Fazer geografia” talvez tenha entristecido (a priori) meus pais. Eles queriam ver a filha ser chamada se Dra. (calma, esse dia vai chegar, e vai ser por titulação, e não pelo simples pronome de tratamento). Mas, ao longo dos cinco anos de curso, eles perceberam que eu não “fazia” geografia, a geografia me transformava. Agradeço pelo apoio incondicional que vocês me dão em tudo na minha vida, e tenham a certeza de que vocês estão em cada batida do meu coração, e em qualquer lugar que eu esteja. Obrigada!

Agradeço à toda a minha família, por compreender a minha ausência nas viagens de férias, ou na grande maioria das reuniões em família. Me desculpo, principalmente com meus avós Maria e José (*in memorian*), por não ter sido a neta, irmã, sobrinha, prima e madrinha tão presente como outrora. Mas, saibam que sempre serão minha base, fonte de valores e princípios, e de onde eu tiro as minhas maiores referências de seres humanos.

Para além do título da graduação, compreendi que para ser alguém, e uma boa profissional, é preciso mais que saber. Me encaro hoje, como uma mulher (sim, uma mulher) que já construiu muito, e que vai tentar ser ainda mais, principalmente, pelos bons exemplos de como me colocar diante do mundo.

Um agradecimento mais que especial ao Marcos Alexandre, considero-o quase como o lendário mestre Jedi da minha vida acadêmica (por muitas vezes, odiado), e co-orientador deste trabalho. Sarcástico até quando não quer ser, chato por natureza, desconfiado além do normal, mas, acima de tudo, um ser estranhamente amável, e de um profissionalismo incontestável. Ao senhor, agradeço principalmente por duas coisas: por ter me desafiado, e, por ter me ensinado a engatinhar para a pesquisa. Não me alongarei, pois todxs sabem o quanto lhe admiro, respeito, e sou grata por cada “kkkkk” que voltava nas (nem sempre) doces correções. És o “Meu Malvado Favorito”.

Agradeço também ao Rogério Miranda, um excelente professor, orientador, e ser humano. Em meio ao caos do retorno pós-tese (coordenando o Lerassp, um projeto de pesquisa e sobrevivendo a cada aula dada), se dispôs a orientar até em um domingo. Obrigada, professor.

Gostaria de ressaltar a importância dos meus amigos do Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Territorial da Amazônia Oriental (Nedeter). Leno e Laécio, obrigada pelo bom humor pelo qual vocês conseguiam encarar as questões do território do Sul do Pará/Alto Xingu, Vanessa por quebrar as tensões durante as reuniões. E, ao Hinckley por ser meu amigo, irmão, companheiro de lutas e sonhos, e, por representar o bem em qualquer lugar que esteja, você é luz.

A kamilla? Bem, a Kamilla é meu anjo trevo, a pessoa com quem mais entrei em conflito, compartilhei ideias, sonhos, medos e angústias. Opostas, mais ligadas por um amor que uma sente pela outra. És a irmã que meu coração escolheu, e vamos além, sempre nos apoiando, mesmo com as nossas estranhezas. Obrigada, mana!

Um agradecimento cheio de amor às melhores pessoas, do grupo de trabalho mais purpurinado da turma - Formation. Angilberto vem comigo desde o ensino médio, e, a cada dia só me surpreende por ser uma das pessoas mais fortes, e de bom coração que eu conheço. Myrelly Llays, minha mygs, companheira, xará, e que junto da sua família, já é uma extensão da minha, e, a Karol Martins, mãe de todos os gatos da Unifesspa, rainha do café, e a dona de todas as setas do Power Point. A baby feminazi é privilegiada por ter vocês.

Gleice e Michel, vocês são incríveis, e me sinto privilegiada por ter um laço tão especial com vocês que sempre estiveram me ouvindo, aconselhando, e acompanhando de perto a minha trajetória para além dos caminhos geográficos. Vocês são incríveis (o Michel é um The Mônio), fonte de inspiração, seres humanos maravilhosos, e que sempre estarão comigo. Amo vocês, e obrigada por tudo.

Aos amigos de turma Jhonatan (me auxiliou nos mapas), Cleyton, Rafaelly, Zico, Evandro, Lorrane e Thiago. Vocês são pessoas com as quais tive o encanto de conviver, com os quais vivi momentos bons (e ruins), e que vou levar em minhas lembranças. Obrigada!

Agradeço também a Rovainne Ribeiro, Rogério Marinho, Ginno Pérez, Onofre, Jaianne, Gabriele e Karine por todo incentivo recebido.

Ao grupo de pesquisa “Relações de Gênero e Feminismo(s): articulações e intersecções (des)viadas”, que possibilitou que houvesse um aprofundamento aos debates e discussões ligadas a gênero(s), sexualidades e corpos. Agradeço especialmente à Renata Dalmanso e Tayse Mandella.

A Unifesspa por ter sido praticamente uma segunda casa, e por permitir que vinculado projeto “Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará (Nedeter)”, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o apoio financeiro cedido pelo Programa Institucional de bolsa de Extensão (PIBEX) no período de agosto de 2014 a junho de 2017.

Agradeço também à professora Maria Célia pela entrevista, e por ter mediado o contato com as mulheres do MMC em Conceição do Araguaia.

Gonçalina, Meire e Ceixa, a vocês, eu sou mais que grata. Pelas horas de conversa, pela recepção carinhosa, pelos cafés, risadas e pelas lágrimas também. O desenvolvimento desta pesquisa nada mais é que o reconhecimento de trajetórias de mulheres fortes, empoderadas, e que acreditam que em um espaço agrário mais justo e equânime.

Vocês me fizeram acreditar no estudo e nas lutas em defesa da vida, rompendo com tudo o que nos impede de sair de nosso comodismo, vivenciando novas relações na família, na produção, na comunidade, e na sociedade. Ainda temos muitas experiências para trocar, muito o que ouvir, e muito o que mostrar. As mulheres de Conceição do Araguaia estarão lembradas nesse trabalho, e em minha memória. Meu agradecimento mais que carinhoso. Obrigada!

*"Ora, toda mulher reconhece o papel de parede amarelo e seu bizarro padrão. Muitas o rasgam e saem de dentro dele num ato de transgressão cujo preço é conhecido. Contemplá-lo e rasgá-lo são atos de descontração que podem levar além de casa".
(O papel de parede amarelo- Charlotte Perkins Gilman)*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender os elementos da construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2003 a partir da identidade política de gênero no município de Conceição do Araguaia (PA), sendo os objetivos específicos: identificar e analisar quais foram as estratégias territoriais das mulheres que ocasionaram na organização do Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento de Classe e Gênero em Conceição do Araguaia, e analisar a partir das experiências como se constituiu uma geografia emancipatória (do ponto de vista do sujeito e do movimento) a partir da luta de classe e gênero no território. A teoria da des-territorialização e identidade de Haesbaert (2001), juntamente à Massey (2008), Judith Bulter (2015) balizam o trabalho. Para fins metodológicos, foi realizada uma revisão bibliográfica teórico-conceitual, bem como trabalhos de campo no município de Conceição do Araguaia, pautados na utilização da técnica entrevistas semiestruturadas para obtenção de relatos orais sobre a trajetória de três mulheres militantes do MMC (Meire, Gonçalves e Ceiza), desenvolvendo a partir disso mapas temáticos que especializem o processo da construção de uma geometria do poder do movimento. O texto apresenta o que foi (e ainda é) parte constituinte de um “fazer” político de gênero que é militante, resistente, combatente, e interfere na geografia agrária do município. Mulheres, terra, território e movimentos se relacionando a partir de articulações, intersecções e performances que às levaram para além do lar num ato de transgressão. Como resultados de pesquisa, compreende-se que ocorreu uma des-territorialização política do movimento em 2016, pautada no enfraquecimento de articulação entre as novas lideranças. Porém, esse é um processo não interfere na identidade de gênero em construção dessas mulheres, que no atual contexto, atuam individualmente em espaços de influência que sempre estiveram associados à sua territorial.

Palavras-chave: MMC, Identidade de Gênero, Território, Geometrias de poder, des-territorialização.

ABSTRACT

The present work has the aim to understand the elements of the construction of the Peasant Women's Movement (MMC) in 2003 starting in the politic gender identity in the Conceição of Araguaia (PA) municipality, being the specific objectives: to identify and analyze which were the territorial strategies of the women whom lead to the Peasant Women's Movement organization as a movement of Class and Gender in Conceição of Araguaia, and analyze starting on the experiences how to constitute an emancipatory geography (from the point of view of the subject and the movement) from the class and gender conflict in the territory. The de-territorialization and the identity theory of Haesbaert (2001), along with Massey (2008), Judith Butler (2015) demarcated the work. For methodological purposes, a theoretical-conceptual bibliographic review was carried out as well as fieldwork in Conceição of Araguaia municipality guided on the use of the semi-structured interviews to obtain oral reports about the trajectory of three militant women of the MMC (Meire, Gonçalves and Ceíça), developing from this thematic maps that spatialize the process of the construction of a geometry of the movement power. The text presents what was (and still is) a constituent part of a political "doing" of gender that is militant, resistente, combatant and interferes in the agrarian geography of the municipality. Women, land, territory and movements relating from joints, intersections and performances that led them beyond the home in an act of transgression.

As research results, it is understood that a political de-territorialization in 2016 of the movement occurred, based on the weakening of articulation between the new leaderships. However, this is a process that does not interfere in the under construction gender identity of these women, that in the current context, act individually in spaces of influence that have always been associated with their network of places.

Keywords: MMC, Gender Identity, Territory, Geometries of power, des-territorialization.

LISTA DE SIGLAS

CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DER - Departamento de Estrada e Rodagem

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará.

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC- Movimento de Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEDETER - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará

PA- Projeto de Assentamento

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária

PT- Partido dos Trabalhadores

PTC- Programa Território da Cidadania

STTR - Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UNIFESSPA- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Representação da Missão do MMC	76
Figura 2- Representação de uma geometria do poder do Movimento de Mulheres Camponesas a partir de Conceição do Araguaia - PA.....	77

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Meire na secretária da escola (Assentamento Curral de Pedra).....	66
Foto 2- Gonçalina em um dia de trabalho no STTR	69
Foto 3 - Ceixa vestindo a camisa do último encontro nacional do MMC	72
Foto 4- Bandeira do MMC	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa de Localização dos Municípios do Território da Cidadania no Sul do Pará/Alto Xingu	16
Mapa 2 - Localização do Município de Conceição do Araguaia- PA.....	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1.DA ABORDAGEM DE GÊNERO À CONSTRUÇÃO ESPACIAL, POLÍTICA E TERRITORIAL DAS IDENTIDADES FEMININAS NO MMC ...	24
1.1.UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DEBATE DE GÊNERO.....	24
1.2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA E POLÍTICA DO GÊNERO E DA POSIÇÃO SUBORDINADA DA MULHER	27
1.3. RELATAR A SI MESMO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO POLÍTICA DE IDENTIDADES FEMININAS	30
1.4. GÊNERO: UMA EXTENSÃO ADICIONAL À GEOGRAFIA?	34
1.5. INTER-RELAÇÕES: DAS CONCEITUAÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO AO ESPAÇO DE AFINIDADES E AO TERRITÓRIO DAS MULHERES	37
CAPÍTULO 2. MULHERES, TERRA E TERRITÓRIO: CONSIDERANDO MEMÓRIAS E RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS.....	48
2.1. A LUTA PELA TERRA TAMBÉM É MARCADA POR ELAS	52
2.2. SOU MARIA DOS ROÇADOS, SOU MARIA MULHER	65
2.3. GEOMETRIA DO PODER DO MOVIMENTO DAS MULHERES.....	73
CAPÍTULO 3. ENTRE A BASE TERRITORIAL DAS MULHERES À DES-TERRITORIALIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	78
3.1 TERRITÓRIO DAS MULHERES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO AO MMC.....	78
3.2. A DES-TERRITORIALIZAÇÃO POLÍTICA DO MMC EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	82
3.3. MOVIMENTO DE CLASSE E GÊNERO, FEMINISMO E DES-TERRITORIALIZAÇÃO	85
CONCLUSÕES	93
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é resultado de experiências e vivências no/do espaço. No espaço porque que *a priori* abrangia uma proposta de diversidade como, por exemplo, a inclusão de mulheres nas instâncias colegiadas, voltadas inicialmente para o debate de políticas públicas; do espaço, porque ele nos revela a complexidade das trajetórias de vida e a construção de identidades das mulheres organizadas como movimento social e debatendo política por um viés inclusivo das questões de classe e do reconhecimento de gênero.

O enfoque é a geografia e o gênero, e o objeto o processo de des-re-territorialização do Movimento de Mulheres em específico, porém, a rede de interação territorial em que essas mulheres estão inseridas representa muito, visto que, mais importante que a atual situação do movimento, é a trajetória que dessas mulheres, suas atribuições na luta pela terra e as diferentes construções das identidades (políticas) de três mulheres em específico.

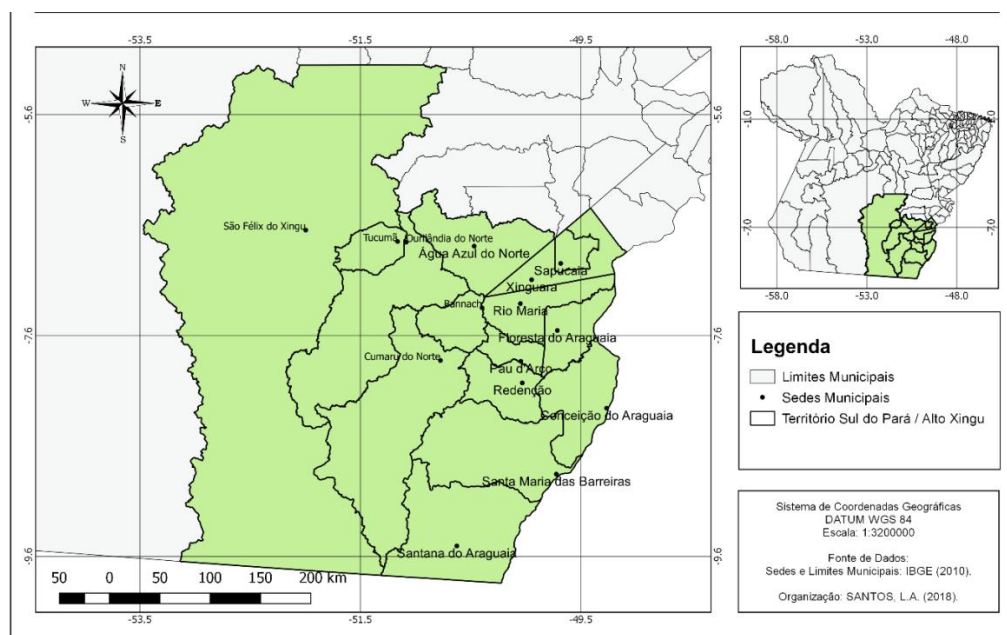
Ao longo dos anos de 2014 a 2016, na condição de bolsista de iniciação à pesquisa extensão junto ao projeto “Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará” (Nedeter), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), foi que o contato com o território do Sul do Pará/Alto Xingu – ver mapa 1 – começou a ocorrer de forma direta.

Esse foi o caminho percorrido para chegar ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no município de Conceição do Araguaia- PA, um dos municípios centrais do Sul do Pará/Alto Xingu, sendo essa região marcada por conflitos sociais, por uma pecuária intensiva e no atual contexto, vem sendo marcado pelas novas “facetadas” do agronegócio, como a expansão da soja de forma crescente.

As políticas públicas via PTC, visavam uma adaptação da mesma conforme as particularidades e demandas de cada território. Por essa razão, a tríade composta por: Planejamento, orçamento e execução da política é tratada de maneira particular em cada território, o que, de certo modo, contribuiu para o bom desenvolvimento da política. No entanto, esse processo se estagnou durante alguns anos. A retomada da política pública por meio do PTC no ano de 2013 veio acompanhada de algumas modificações, dentre elas, a criação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)¹.

¹ Núcleos criados a partir de parceria entre grupos de pesquisa dentro das universidades e/ou institutos; e a SDT/MDA) no apoio às atividades de assessoria, acompanhamento e monitoramento. O Nedeter é um tipo

Mapa 1- Mapa de Localização dos Municípios do Território da Cidadania no Sul do Pará/Alto Xingu



A partir da inserção como bolsista (de 2014 a 2017), muitas lembranças marcam essa trajetória da iniciação científica. Toda a experiência foi marcada pelos limites quanto ao tratamento da questão do gênero e à participação ainda restrita das mulheres, mesmo sob uma perspectiva de desenvolvimento territorial que o PTC pressupunha a inclusão de mulheres, pois visava estimular também a incorporação do gênero em sua proposta oficial.

Desse modo, o “choque” de não encontrar as mulheres inseridas naquele espaço aguçou a curiosidade de “encontrar”. Onde essas mulheres estavam? Como se espacializavam? Questões como essas pairavam soltas, uma vez que as listas das reuniões e plenárias do colegiado já permitiam encontrar a não-participação de mulheres.

Portanto, entendeu-se que o colegiado não era o espaço para analisar a voz, a participação, as demandas e as trajetórias de vida de mulheres de luta. Mas, cabe sempre ressaltar que foi a partir das discussões sobre território do Sul do Pará/Alto Xingu que chegamos ao MMC.

A priori, não era objetivo mostrar necessariamente um movimento social feminista, apresentar a relação das mulheres com a construção de espacialidades,

de Nedet que era responsável pelos territórios do Sudeste Paraense, Sul do Pará/ Alto Xingu, Nordeste Paraense e Nordeste I.

territorialidades e de uma identidade de luta, uma vez que, em se tratando das relações de gênero, em grande maioria das vezes, há uma masculinização da história nesse processo. Como uma boa surpresa, o MMC e suas militantes de Conceição do Araguaia nos trazem uma outra perspectiva de pesquisa.

Constituindo os debates territoriais ou atuando de forma mais autônoma, a história do MMC revela que o movimento passa por maior, outrora com menor organização, mobilização e atuação. A partir do ano de 2015, e acompanhando todo o desmonte da política de desenvolvimento territorial que ocorreu no Brasil durante o ano de 2016, o movimento de mulheres começou a passar por dificuldades de atuação política, caracterizando associado ao movimento de des-territorialização.

Diante disso, problematizamos: Quais elementos da construção do Movimento de Mulheres Camponesas e da identidade política de gênero que explicam o seu processo de des-territorialização em 2016 no município de Conceição do Araguaia - PA? Sendo as questões específicas:

- a) Quais foram as estratégias territoriais das mulheres que resultaram na organização do Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento de Classe e de Gênero em Conceição do Araguaia-PA?
- b) A partir das experiências do MMC, como se constituiu uma geografia emancipatória (do ponto de vista do sujeito e do movimento) a partir da luta de classe e gênero no território?

Pressupondo que o território é sempre a construção de um sujeito, encontramos apoio em Butler (2015) que nos auxilia na compreensão de que as práticas de exclusão interferem no processo de produção do sujeito. O que define um sujeito (e sua identidade) é sua capacidade de construir um relato sobre si mesmo, a partir dos eventos em que está inserido (espaços e histórias).

Entende-se que espaço da mulher não é necessariamente um ou outro. Espacialidades são definidas através de relações. Por isso as experiências serão tratadas como, primordiais, devido ao fato desse trabalho ser a exaltação da construção da subjetividade feminina e mostrar a construção do espaço relacional através do relato daquelas que delimitaram um território de tom lilás.

Nesse trabalho não existe um limite que defina o território das mulheres apenas como algo concreto. A rigidez não faz parte desse processo, tendo em vista que entre essas fronteiras (concretas ou abstratas) sempre haverá algo que as interligue. Esse processo indica caminhos para novas ressignificações do próprio território.

Com efeito, as análises de gênero não estão inseridas diretamente nas análises geográficas mais tradicionais do pensamento geográfico. No entanto, cada vez mais, autores percebem que suas dinâmicas e relações possuem uma interligação direta com o processo de produção do espaço. Daí a importância do gênero como abordagem mediadora de novas produções científicas. Nesse sentido, Massey (2008) reconhece o espaço geográfico como o produto de inter-relações, construído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno.

Compreendemos que as relações sociais estão também relações de poder, de “dominação”, e nessa leitura geográfica é possível mostrar que não se trata apenas de um processo de subordinação das mulheres, ampliamos o nosso horizonte de pesquisa para revelar a resistência. Portanto, trabalhar as relações de gênero na geografia significa discorrer sobre as relações de poder e sobre como elas afetam as inter-relações que produzem o espaço geográfico. Por essa razão, e considerando a lógica dissimétrica de exercício do poder, sabe-se que é possível falar formas de participação das mulheres na região do Sul do Pará, mais especificamente, no município de Conceição do Araguaia. No entanto, ao invés de falar de um território com a participação de mulheres, prefere-se que se compreenda como o MMC se constituiu a partir de trajetórias de vida associadas ao processo de construção de identidade de gênero, e como essa relação foi projetada para o território que passa por uma construção, uma desconstrução e por uma reconstrução, ou seja, o exercício será de uma imaginação geográfica² do território das mulheres.

Desse modo, o objetivo geral desse trabalho é compreender os elementos que definem a construção da mulher enquanto sujeito político e que explicam o seu processo de des-territorialização enquanto movimento social, a partir da realidade do Movimento de Mulheres Camponesas em Conceição do Araguaia-PA. Como objetivos específicos, pretendemos:

- a) Identificar e analisar quais foram as estratégias territoriais das mulheres que resultaram na organização do Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento de Classe e de Gênero em Conceição do Araguaia-PA.

² A imaginação geográfica neste trabalho é entendida a partir da capacidade que o sujeito tem de argumentar, e muito desses argumentos são desenvolvidos na mente e, a partir disso é possível a construção de uma leitura geográfico-imaginativa.

- b) Analisar, a partir das experiências, como se constituiu uma geografia emancipatória (do ponto de vista do sujeito e do movimento) a partir da luta de classe e gênero no território.

Massey (2013) enfatiza que existe um sentido simbólico dos espaços / lugares e através do gênero que transmitem, podem ocasionar a exclusão direta por violência em espaços e lugares que não são apenas de gênero. Entretanto, ao serem analisados por essa perspectiva, refletem as formas em que o gênero é construído e entendido.

Dessa forma, a nossa primeira hipótese é que a limitação do tratamento da questão das mulheres, tanto no sentido de identidade, como de espaço de decisão, reflete um contexto cultural de subordinação. Diante disso, as estratégias territoriais das mulheres foram pensadas para além da luta de classe, de modo a alcançarem as desigualdades de gênero dos espaços de relação que essas mulheres estavam inseridas. Portanto, trajetórias de vidas das mulheres do movimento, Como argumenta Beauvoir, (1980), pode reforçar que são herdeiras de um pesado passado, mas, que se esforçam por forjar um futuro novo, através da construção de uma identidade política da mulher.

Sabemos que existe uma luta das mulheres no agrário e que essa se manifesta como essencial para a politização da Reforma Agrária. O processo de construção de uma identidade política pode se manifestar de diversos modos, principalmente como resposta à opressão e seguida pela dinâmica da (re)existência. A participação e o reconhecimento da luta das mulheres representa um passo importante para a constituição do movimento social, político e ideológico que é o feminismo. Desse modo, apoiando-nos em Haesbaert (2009), consideramos que as lutas feministas no espaço agrário do Sul compõe parte da diversidade territorial que se articula a rede de relações sociais tecidas entre as mulheres na história de construção do MMC – mobilização, ocupação, reuniões de formação, pedágios, etc; significou também a construção de uma rede de interações territoriais, porque elas interagem para defender um território reconhecido marcado pela luta de gênero, mesmo que o MMC esteja des-territorializado.

Justifica-se esse trabalho primeiramente por considerar que problematizar academicamente a relação da geografia com o gênero ainda apresenta suas limitações no contexto brasileiro, como é ressaltado por Silva (2009), e, por compreender que os óculos de uma geografia crítica trazem a clareza de que o fazer geográfico é político, é militante, é resistente na luta pela terra, na lona preta, no território, e não poderia ser diferente no tratamento das questões de gênero.

Não importa o “lugar da mulher”, coordenando a luta ou pannels. Interessa que são subjetividades políticas, são mulheres em diversidade, são lutas e trajetórias. Do ponto de vista geográfico representa um desafio, pois os estudos de gênero ainda caminham para uma solidificação, e pela perspectiva social, a realização desse trabalho representa um reconhecimento do papel feminino na construção da luta, no enfrentamento e mediação dos conflitos e a afirmação prática de mulheres feministas no território.

Sales (2007), indica que mesmo na invisibilidade, as mulheres estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre para usufruí-la com seu trabalho. As “regras” foram impostas e, por muito tempo, respeitadas. Mas, como o tempo, como o espaço e a sociedade não são estáticos, a realidade aos poucos vai se modificando.

Bandeiras vêm sendo levantadas, lonas vem sendo erguidas, gritos ecoam, e aos poucos, demandas passaram a ser (ré)conhecidas. Sim, precisamos pesquisar, ler, ouvir, escrever e conversar sobre a importância das mulheres, e como elas atuam e influenciam territorialmente o espaço geográfico, principalmente na dinâmica regional amazônica, em que os conflitos e a diversidade são eminentes.

Portanto, existe a possibilidade de vozes interagindo, uma vez que sem espaço não existe multiplicidade, e sem a multiplicidade não há espaço. Ambos coexistem, implicando na pluralidade: mulheres e movimentos que podem se relacionar a partir de articulações e intersecções e performances.

A prioridade do trabalho é mostrar a relação em torno do espaço e do gênero na construção da subjetividade feminina e como essa relação reflete no território a partir do processo des-territorialização, e nesse movimento que o nosso referencial teórico se articula.

O que será chamado de território das mulheres, constitui-se por toda uma rede de interações territoriais, inclusive, anterior a territorialização do MMC. Entendemos o território das mulheres partir do conceito estabelecido por Haesbaert (1997), que considera ações e estruturas simbólicas em diferentes graus e pela construção de identidades e resistência, ao passo em que o processo de des-territorialização política está imbricado a dinâmica multiterritorial do movimento de mulheres.

Outra ideia importante é a de que o domínio e o controle do espaço são elementos fundamentais de qualquer territorialidade humana (SACK) e, por isso, são processos complexos, jamais resultando apenas de forças coercitivas advindas do Estado e dos agentes da acumulação do capital porque, como já afirmou Foucault (1979), o poder não

é um objeto, é uma relação e por isso é exercido e, dado que as relações por meio das quais se exerce o poder são assimétricas, elas condicionam o domínio e o controle do espaço em elemento fundamental na composição das territorialidades (SACK, 1986).

A etapa inicial desse trabalho constituiu em uma participante junto ao Nedetec e as atividades de assessoria no território do Sul do Pará e Alto/Xingu. Foi assim que chegamos as mulheres centrais da pesquisa: Meire, Gonçalina e Ceixa.

Após a definição do problema de pesquisa, iniciamos a revisão bibliográfica a partir dos temas³ que serão abordados durante todo o trabalho.

Como etapa seguinte, realizamos entrevistas para obtenção de relatos orais que narraram algo comum na trajetória das mulheres militantes (por afinidade à luta feminista) da questão agrária, a partir contexto político desfavorável que foi exterior e contribuiu para a constituição do território em Conceição do Araguaia. Entretanto, faz-se necessário salientar que a conjuntura da versão das entrevistas dessas mulheres está conexa às lutas e ações pela reforma agrária e pelo acesso à terra, ao caos político que se instaurou após o processo de impeachment de Dilma Rousseff⁴, também considerando que existem diferenças políticas no próprio espaço de afinidades políticas, e no território político de articulação do MMC.

A partir disso, entende-se que a análise dos espaços que influenciaram nas vidas dessas mulheres ajudará a conduzir a pesquisa. Compreende-se que entrevista não se limita à coleta de dados qualitativos, e sim, aos inúmeros procedimentos complexos capazes de conduzir a resultados verídicos (ou não), mas, diretamente associado ao próprio sujeito. Acredita-se que a escolha da técnica de pesquisa adequada, representa um ponto crucial para o desenvolvimento a partir da realidade em que se pretende analisar. A entrevista contextualizará o comportamento do sujeito-mulher, fazendo a sua vinculação com os sentimentos, crenças, valores e permitindo, sobretudo, que se obtenha dados sobre a sua trajetória.

O trabalho buscará esmiuçar através dos relatos orais o contexto social do Movimento de Mulheres Camponesas, apontando princípios, concepções, considerações diferentes, e suas contradições para compor “Geometrias do poder”, que são as relações

³ Geografia e Gênero; construção espacial, política e territorial da identidade da mulher; as relações de classe e Gênero na luta pela terra; entre outros.

⁴ Considera-se que o processo de impeachment, na verdade, caracterizou um despuddorado golpe à democracia Brasileira, influenciando diretamente na luta pela diversidade, pela terra, pelo território e principalmente, uma clara misoginia, e uma face machista de repressão as mulheres. A “retirada” de uma “Presidenta”, a exclusão de mulheres no ministério, (a partir da perspectiva feminista de análise) só simboliza o quanto o patriarcado ainda é estruturante na nossa sociedade.

de poder imbricadas ao tempo-espaço. “A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna”. (PAULILO, 1999, p.135)

Para alcançar os objetivos propostos, retomaremos os elementos históricos da territorialização do MMC em Conceição do Araguaia - PA, resgatando através dessas experiências e memórias (construção da identidade) subsídios para apresentar informações que certificam e reconhecem a trajetória das mulheres nas frentes lutas, mesmo com toda herança patriarcal que a participação em movimentos sociais anteriores ao MMC carregam em seu histórico de luta masculinizado, inviabilizando ou colocando em segundo plano a existência das mulheres.

Sendo o sinônimo dessa trajetória atribuir vida ao desafio de formar e organizar um espaço que privilegie a responsabilidade individual e coletiva da força da mulher. Representando o delinear diferenciado da pesquisa: a subjetividade das experiências narrando os processos. Procuraremos utilizar os relatos orais de vida visando evitar que os discursos sejam fragmentados, utilizando uma semiestrutura que apenas mediu a técnica de pesquisa empregada, pois é fundamental atribuir voz e poder para essas mulheres “(...) narrarem sua história de vida e de luta, com sentimentos, impressões, angustias e silêncios” (SEVERI, 2012, p. 20).

O primeiro capítulo do TCC é teórico, associando a discussão geográfica com a questão da construção da identidade política da mulher. O debate inicial será de Massey, pois a autora propõe uma teoria da produção do espaço aberta e contínua, que pressupõe relação, migração, deslocamento, e principalmente da importância da mulher (por sua identidade, e não como uma categoria associada ao binarismo biológico homem-mulher) influenciando na produção do espaço. Logo em seguida, o referencial partirá de Nancy Fraser. Ela situa na produção do espaço uma figura, que é no caso a mulher. Sua discussão aponta como se dá a sua inserção subordinada em um sistema social.

Posteriormente, Judith Butler vai ser utilizada para explicar um pouco mais da subjetividade dessa mulher, da identidade dela. O próprio conceito de “Forclusão” apresentará um pouco disso. É uma discussão de como a identidade não é construída apenas por elementos internos. Há algo relacionado a exterioridade e tudo aquilo que está “fora de” gera a construção de um “eu”. Para a geografia isso é fundamental porque ressalta a ideia de Massey, de que o espaço é aberto e continuum, e à medida que existe a conexão aos lugares pela ótica da Butler, o que está fora do “eu” também está ajudando a construir

quem “eu” sou, e isso vai refletir em todo o trabalho, onde vai ser resgatada a trajetória das mulheres.

O segundo capítulo trará o eixo empírico do trabalho, em que, a partir dos relatos orais das entrevistas, forneceu o contexto histórico geográfico da região e do território a partir das mulheres. Os relatos orais se fundirão com a formação territorial periodizada a partir da experiência, mostrando a face de “dentro” da luta pela terra em Conceição do Araguaia, o estabelecimento de uma base territorial do movimento de mulheres e como através de uma rede de interações territoriais de articulação o MMC foi consolidado.

O capítulo final visa discutir a atual condição do movimento, e seu processo de des-territorialização. Esse processo é visto no contexto de luta pela terra, e de emancipação política da mulher. Traz considerações do que representa essa pesquisa do ponto de vista da militância dessas mulheres insurgentes, subversivas e em constante construção de identidade que o ser mulher camponesa contraditoriamente carrega consigo.

Os espaços da pesquisa estão divididos a partir de três tempos-espacos: (a) O tempo-espaco das experiências e vivências de pesquisa no espaco: porque a pesquisa abrangia uma proposta de (política pública que previa a expansão de seu escopo em direção ao debate da) diversidade, como por exemplo a inclusão de mulheres nas instâncias colegiadas no território do Sul do Pará/Alto Xingu. (b) O tempo-espaco das Experiências e vivências de pesquisa do espaco: porque ele nos revela a complexidade das histórias de vida e construção de identidades de mulheres organizadas como movimento social (e que estão para além do recorte proposto pelo formato da política pública). (c) seguindo essa linha de raciocínio, há o território reticular do MMC que integra o Sul do Pará ao Movimento de Mulheres Camponesas.

CAPÍTULO 1. DA ABORDAGEM DE GÊNERO À CONSTRUÇÃO ESPACIAL, POLÍTICA E TERRITORIAL DAS IDENTIDADES FEMININAS NO MMC

As afinidades políticas de um grupo influenciam tanto no espaço, quanto na construção da identidade, seja ela a identidade camponesa, feminista ou qualquer outra. Esse processo envolve práticas que são geográficas, sociais e pode se tornar propositora de cenários mais igualitários.

A construção espacial e de identidades políticas envolvem processos dinâmicos e dialéticos e, por esse motivo, envolve várias dimensões, dentre elas: formação, luta, contestação das relações de trabalho subordinadas e experiências coletivas e de vivência, tanto na organização, quanto na transformação.

É uma construção de identidade individual, mas influência coletivamente no âmbito de um movimento, construindo sujeitos políticos ativos, e não meros espectadores frente a uma trajetória de luta. Podemos considerar ainda que no MMC se entrelaçam a Identidade de resistência com a Identidade de projeto,⁵ o que produz potencialmente uma força buscando redefinir posicionamentos sociais e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social, seja na perspectiva de enfrentamento ao capital ou no combate necessário à sociedade

Nesse capítulo, buscamos evidenciar que os estudos de gênero são geográficos, e que mesmo com o papel definido como subordinado, a mulher se constrói como sujeito político, evidencia-se por meio da identidade de gênero e se organiza visando a efetivação de um espaço de luta pautado na equidade.

1.1. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DEBATE DE GÊNERO

O debate sobre gênero é marcado epistemologicamente por divergências teóricas, e trata-se disso como positivo, pois se fosse um debate harmônico, com questões fáceis de serem respondidas, teríamos motivações vagas para pensar cientificamente por esse viés.

⁵ Segundo Castells (1999, p. 24-27) identidade é aquilo que é “fonte de significado e experiência de um povo”. A identidade de resistência é pautada pela oposição. Os segmentos dominados e marginalizados constroem verdadeiras trincheiras para conter o projeto dos atores dominantes da sociedade. Já a identidade de projeto que é elaborada por sujeitos ou segmentos sociais que querem alterar a posição que ocupam na sociedade e lutam para transformar suas estruturas. Constroem uma nova identidade servindo-se dos materiais culturais a seu alcance. CASTELLS, M. O poder da identidade. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

É um debate extensamente denso com que buscaremos dialogar geograficamente e com as demais ciências sociais.

Gayle Rubin (1993) é uma das autoras pioneiras na discussão de gênero no feminismo. Ela sustenta a noção de que o conceito de gênero é a desnaturalização da opressão das mulheres. A autora discute como a esfera do natural (a fêmea) e do cultural (a mulher domesticada), sendo essa uma dicotomia que ela chamou de sexo/desejo imbricados na construção da mulher. O gênero para a autora é então passível de transformações históricas a partir do que o movimento feminista concebe como prioridade, já o sexo é biologicamente dado, ou seja, ele é natural.

Nos escritos de Judith Butler (2013; 2015), o ser sujeito feminino ou masculino é um processo de construção que nunca é concluído. Ela propõe uma teoria de entendimento do sujeito em que a identidade, e principalmente a identidade de gênero é construída pelo discurso⁶. Corpos criam performances de gênero por meio de uma estrutura de repetição que é imbuída da probabilidade de transgressão. Nesse processo a partir de uma condição “precária”, os corpos atribuem indícios para a subversão de identidades e emergência política das diferenças.

Para Butler, a partir do gênero, deve existir o questionamento da norma, não para a sua destruição, mas para pensar normas que melhor nos convenham enquanto diversidade, considerando que a ruptura de padrões cristalizados deve estar sempre em processo. Percebe-se uma busca que abrange todos como detentores de direitos, entretanto, essa “conquista” pode aparentemente ser utópica, e por essa razão, as lutas que englobam as questões de gênero (principalmente a partir do entendimento da teoria queer)⁷, além de histórica, precisam ser contínua.

O exercício da liberdade de gênero é central para a liberdade de organização política, e é nesse sentido que se concorda com Butler para além da construção da identidade política de gênero. A política corporal, de corpos reunidos, pensados como performatividade não é algo individual (mesmo que se considere a luta por liberdades

⁶ Ver problemas de gênero.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁷ Para Guacira Lopes Louro (2017) a teoria queer, principalmente a partir de Judith Butler é um jeito de pensar e ser que desafia as normas regulatórias da sociedade.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Autêntica, 2017.

individuais). Na organização deve se dar de forma “plural”,⁸ e na performatividade do político.

Heleieth Saffioti (2004) faz uma crítica ao conceito de gênero. Para ela, o conceito ganha importância nas discussões feministas principalmente pela diferenciação homem/mulher, porém, não é uma abordagem exclusiva das discussões de gênero. A autora recobra a importância do patriarcado para a questão da mulher nas relações de gênero.

As discussões de gênero são mais amplas e já acompanham a sociedade há mais tempo, segundo ela (SAFFIOTI, 2004). Já o Patriarcado está associado principalmente às relações capitalistas de produção (de produção do espaço). O patriarcado representa então as relações desiguais de opressão, qualificadas como uma possibilidade no âmbito do gênero.

Entretanto, as muitas alterações teóricas no âmbito dos estudos feministas “menosprezam” o ponto de vista de uma concepção “patriarcal de gênero”. Saffioti (2004) defende que não deve haver a neutralização da exploração/dominação masculina e concebe o gênero como “rico”, mas não deve ser problematizado como um instrumento para “maquiar” uma questão essencial ao feminismo - o patriarcado. Na atualidade, o uso da categoria patriarcado se associa principalmente a espaços de militância de movimentos sociais de esquerda (como o próprio MMC).

Por outro lado, Joseli Maria Silva (2005) concebe o gênero também como uma construção social que é destruída pela representação do ser homem ou mulher. Todavia, defende a ideia de que nem sempre a representação do “ser” corresponde à realidade vivida pelos sujeitos. Ela pensa a partir da perspectiva de Gillian Rose sobre espaço paradoxal, em que a mulher não pode ser vista tão somente como constituinte de um gênero, mas por sua sexualidade, raça, religiosidade, e por sua classe social e por uma infinidade de características.

Não existe uma análise correta, como já foi ressaltado acima. Mas, um fato a ser considerado é: trataremos do tema do feminismo, do gênero e da mulher a partir de uma perspectiva geográfica. Existem vertentes e possibilidades, e por essa razão, a nossa perspectiva é a de mulheres pensadas no sentido de sua posição política em seu espaço de relações, de vivência e de suas trajetórias de (re)existência.

⁸ BUTLER, J; RODRIGUES, C. A filósofa que rejeita classificações. **Revista CULT**, n. 185, p. 25-29, 2013.

Dessa forma, entende-se que mulheres e movimentos podem se relacionar a partir de articulações e intersecções, proposto por Silva (2005), performances como coloca Butler (2013), mas, observando de perto a luta de classe (luta pela terra) e a sua relação com o patriarcado na busca pela emancipação das mulheres, como propõe Saffioti (2004).

1.2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA E POLÍTICA DO GÊNERO E DA POSIÇÃO SUBORDINADA DA MULHER

Ao homem, o espaço do trabalho; a mulher o lar, a reprodução e a invisibilidade. A temática voltada aos direitos das mulheres, mostra que, historicamente, esse processo foi excludente, Pateman (1993) fala de um “contrato original” que confere liberdade ao homem e sujeição da mulher. O pacto original se trata tanto de um contrato sexual quanto social. Esse contrato cria o “direito” político dos homens sobre as mulheres, e sexual prevendo um acesso livre dos homens ao corpo das mulheres.

O caso emblemático de Conceição do Araguaia mostra que ainda existem resquícios desse “contrato”. Entretanto, pela organização política da luta de classe que já representa uma ruptura dos padrões tradicionais do que é colocado como “ser” mulher. As mulheres camponesas do MMC rompem a definição dos espaços particulares de luta, e buscam por espacialidades próprias para além da sua rede de interações territorial, através de um movimento social feminista, mas com o diferencial de ser de origem camponesa.

De maneira resumida e simplificada, o movimento feminista pode ser periodizado por três momentos: i) A primeira onda, que agrega do final do século XIX e meados do século XX, apresentava como embasamento a importância legal da igualdade de homens e mulheres, tendo como marco o movimento das sufragistas; ii) A segunda onda, que ocorreu entre os anos 60, adjunto dos movimentos contestatórios até meados dos anos 80, buscando principalmente a liberdade sexual, e debatendo o caráter político da opressão de classe e gênero. iii) A terceira onda começa a se organizar nos anos 90, com uma forte crítica aos parâmetros de luta da segunda onda, visando principalmente o reconhecimento das diferentes identidades das mulheres, para além de um discurso totalizante da categoria “mulher”. Para algumas autoras, como Matos (2010) é necessário agora trabalhar na perspectiva da “quarta onda” dos movimentos feministas e de mulheres na região, sejam elas do “Sul Global”, ou do reconhecimento de atuação política interna.

Matos (2010), também fundamentada em Fraser (1999), ressalta que existe a necessidade de uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e articulações globais na “moldura” Sul/Sul. A sua abordagem teórica questiona se é possível reconstruir a teoria feminista sobre o Sul Global, uma vez que compreende que as demandas se encaminham para busca de igualdade, acesso e permanência em espaços de poder, de resistência e de decisão, sendo o maior efeito disso o que chama de “renovação da democracia” a partir da construção do feminismo no Sul Global.

Ao ser definida como mulher em sociedade patriarcal, materializa-se a noção de gênero social: mulheres exercendo funções femininas, e homens exercendo funções masculinas. Nancy Fraser (2015) situa a inserção subordinada das mulheres em um sistema social: o sistema capitalista.

Fraser se propõe a pensar concepções sobre o capitalismo e sobre o que entende por crise capitalista adequadas ao nosso atual momento. Ela busca preencher o que enxerga como “lacunas” no trabalho de Marx, que não reconhece “sistematicamente” o gênero, a ecologia e o poder político como princípios estruturantes e eixos de desigualdade da sociedade capitalista. (FRASER, 2015).

A autora destaca que a acumulação se dá via exploração. Para ela, o capital se expande não pela troca de “equivalentes”, como indica a economia de mercado, e sim pela não-remuneração de uma porção do tempo de trabalho dos trabalhadores e por um segredo ainda mais “sujo”: por trás da coerção sublimada do trabalho remunerado, há evidente violência e roubo de fato, o que constitui condições de possibilidade de fundo para a exploração.

Torna-se necessário um giro epistemológico que pense o capitalismo para além da produção e inclua a reprodução social, e que se reconheça a função exercida pelas mulheres para além de cuidado ou trabalho afetivo. A fragmentação da reprodução social e da produção de mercadoria é então um “artefato” do capitalismo, e marcado pela diferença de gênero, que têm então estruturado as formas modernas de subordinação das mulheres.

Dessa forma, as mulheres estão estruturalmente colocadas em segunda ordem, se comparada aos homens que realizam o trabalho remunerado. No entanto, essa fragmentação passa por alterações durante as fases do capitalismo. Fraser (2015) alega que essa divisão produtiva e reprodutiva sofre uma mutação que envolve o neoliberalismo que “(re) privatiza” e “(re) comodifica” alguns desses serviços, enquanto ainda sustenta alguns aspectos da reprodução social. Diferenciando o tratamento recebido (respeito,

reconhecimento, meios de vida, estilo de vida) pelas pessoas que realizam atividades femininas e os que realizam atividades masculinas. Nesse momento, diz que têm caráter de gênero: as pessoas, independentemente de qual seja seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico.

As relações de gênero evidenciam uma diferenciação que foi culturalmente inserida na sociedade através da esfera entre o público e o privado, entre o que é lucrativo, e o que é cuidado, em um equívoco que é “aceitável” para confinar a mulher apenas à esfera doméstica, e nesse caso, na esfera do lar e da produção de alimentos. Massey (2013) alerta que essa tentativa representou um controle especificamente espacial, e por essa razão, um controle social sobre a identidade da mulher por um estereótipo do “ser mulher” e do “lugar da mulher”.

É necessário então que haja o reconhecimento do espacial (mesmo que simbólico) que contextualiza o lar e o local de trabalho, e que não seja ignorado o fato de que mesmo as mulheres que não são “economicamente ativas” por um processo de exclusão direta, ou de escolha própria, possibilitam a reprodução dos que são “economicamente ativos”.

Resistir dos “limites espaciais” que enquadram a mulher ao lar coloca-se como uma “advertência” que subverte o arbítrio das mulheres em desempenhar seus papéis domésticos e que lhes possibilita a entrada em outra esfera, a do privado.

Rossini (1993) demonstra como a mulher como força de trabalho no campo, produz e reproduz o espaço. Aponta que quando o trabalho familiar é a “base”, a mulher é encarregada pelos “serviços gerais”, principalmente ao se tratar de relações não capitalistas de produção a partir da autossustentação.

Assim como na sociedade em geral, no campo também existe uma acentuação da divisão sexual do trabalho e a reprodução do sistema patriarcal. O colonato representou uma organização familiar em que a cooperação era algo comum. Já o trabalho assalariado colocou em evidência a estrutura “tradicional”, com a divisão dos gêneros, passa a existir a “eliminação” da responsabilidade apenas ao ‘pai/marido’. No fundo, pode-se dizer que no capitalismo a família representa também uma conjugação de esforços para o proveito de todos os membros (STOLCKE, 1986”).

Moser (1993) diz que as mulheres possuem “women’s triple role”: i) o papel reprodutivo; ii) o produtivo; ii) e o papel de gerenciamento comunitário. Em concordância com o que enumera, o papel reprodutivo se relaciona a capacidade biológica de reprodução e aos cuidados com os filhos; o papel produtivo está associado ao trabalho exercido nas atividades do “lar”, agrícolas ou não que possam gerar lucro; já o

gerenciamento comunitário diz respeito as ações realizadas coletivamente, que cooperam de algum modo para a comunidade.

As mulheres camponesas incidem então como força de trabalho, e não exclusivamente como mão-de-obra cuidadora no âmbito doméstico através do trabalho assalariado, e no gerenciamento comunitário: elas estão nas frentes de luta pela reforma agrária, e elas são a representação performativa da luta de gênero.

A abordagem de Butler (2003), a partir de Foucault, mostra que existe uma norma, e que não é possível estar inserido fora dessa norma, de modo em que o gênero é definido por estruturas de poder, e não pela possibilidade de “ser” livre dos padrões. Entretanto, reforça a autenticidade da criação de espaços subversivos de confronto com a realidade e de uma identidade subversiva. O controle espacial é executado através do poder da convenção ou do simbolismo.

1.3. RELATAR A SI MESMO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO POLÍTICA DE IDENTIDADES FEMININAS

Não se nasce mulher, torna-se mulher
(SIMONE BEAUVOIR, 1980, p.14)

Célebre e polêmica é a frase de Beauvoir (1980), alguns consideram a primeira aproximação ao conceito de gênero.⁹ Porém, neste trabalho, essa frase de impacto representa como se aprende a ser mulher, afirmando que o feminino não é biológico, sendo uma construção da sociedade.

A antropóloga Margaret Mead (1935) pesquisou em “Sexo e Temperamento” a realidade de três sociedades primitivas: i) Os Arapesh que viviam nas montanhas, em que os homens eram dóceis e suscetíveis assim como as mulheres, ambos com instintos maternos; ii) Os Mundugumor que eram habitantes do rio, predominando em toda comunidade a violência e agressividade, pois eram canibais “caçadores de cabeça”. –iii) Os Tchumbuli, que eram habitantes do lago, em que a antropóloga encontrou papéis contrastantes entre homens e mulheres, sendo a mulher administradora das principais tarefas, e os homens responsáveis pela distração cultural, o que os tornava emocionalmente dependentes das mulheres.

⁹ Aqui entendido como a própria construção da identidade política do sujeito, e, principalmente, do sujeito-mulher, como já ressaltado.

Os argumentos de Mead em 1935 (séc. XX) já apontam elementos que reforçam a tese de que os comportamentos (independente de temperamento e sexo) são construções culturais de identidade, ressaltando que as condições geográficas e os determinantes biológicos são frutos da dinâmica da interação do indivíduo com seu grupo social.

Em 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir publica sua mais conhecida obra: *O segundo sexo*. Apresenta que na determinação simbólica do sujeito, a dessemelhança entre os sexos não é acidental. O gênero torna-se assim, substancial da identidade. O biológico sexo feminino possui a carga de toda uma construção, agora não só cultural, como social de uma sociedade que obedece um sistema patriarcal e capitalista, que se organiza entre jornada de trabalho para os homens, e reprodução humana para as mulheres.

Beauvoir (1980) mostra o conflito de uma identidade construída a partir do que significa se tornar mulher desde a infância, assegurando que ter nascido com esse sexo implica e limita a possibilidade de se constituir como sujeito absoluto. Não se nasce mulher, é um processo doloroso de construção e privação da liberdade de escolha.

Já Judith Butler (2003) nos apresenta os “problemas de gênero”, em que faz uma crítica ao movimento feminista (da primeira e segunda onda) quando concebem a identidade da “mulher” como definida, constituindo assim, um sujeito que possui uma representação política para além do reconhecimento da identidade individual.

Para ela, a representação pode ser vista como um termo operacional de um processo político que busca a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos, no entanto, a representação é também uma função normativa que revela ou distorce o que é tido verdadeiro como sobre a categoria mulher (BUTTLER, 2003, p.18).

Entende-se que para a teoria feminista, trabalhar com essa linguagem global de representação foi necessário, com o propósito de promover a visibilidade política das mulheres considerando a condição cultural de subordinação das mulheres. Entretanto, entende-se também que, a identidade do sujeito a partir do feminismo não deve ser a única fundamentação política para o exercício da política feminista, em razão de que a formação do sujeito acontece em um campo de poder, de um espaço ou de um território.

A ideia de representação talvez só faça sentido para o feminismo quando o sujeito mulher não for admitido como completamente construído (BUTLER, 2003, p.24). Por essa razão, sustenta-se que deve ser considerado o contexto espacial, e a diversidade territorial para que essa construção de identidade aconteça.

Nesse contexto da construção da subjetividade política, entende-se que as mulheres camponesas são produzidas a partir de quadros de referências (BUTLER, 2015)¹⁰. O espaço de afinidade política se dá por um contexto comum de demandas e especificidades.

Butler (2015), considera que práticas em que a exclusão predomina, interferem no processo de produção do sujeito. O que define um sujeito é sua capacidade de construir um relato sobre si mesmo, a partir dos eventos em que se está inserido (espaços e histórias). A construção parte do relato que alguém de um relato que se constrói sobre si mesmo, ou seja, a construção de subjetividade é aquilo que se diz sobre si perante o mundo, um processo de exteriorização de si, em que é necessário a existência de um “tu”, ou uma situação limite que interpele.

A interpelação é então o questionamento ou uma situação que possibilita o relato. Butler (2015) rompe com a antiga tradição Grega que está inaugurada no mito da caverna, em que o sujeito, a partir da reflexão individual, vai sair da caverna mediante a reflexão e com a luz do de saber quem se é perante o mundo de possibilidades. Não há uma essência que possa ser acessada de imediato, pode até fazer parte, mas não é uma essência individual, é um construto.

Em relatar a si mesmo, Butler (2015) faz um retorno principalmente a Adorno (1997), Nietzsche (1969) e Foucault, que de certa forma inauguram uma tradição que entende esse processo de construção de identidade como um processo de violência. O pano de fundo do Adorno são as construções de identidades nacionais, o “ethos coletivo”, ou modelos colocados para todos. Os sujeitos incorporam os símbolos que definem o que é uma nação, mas no fundo, ele está trabalhando com a construção de identidade que exerce uma violência com o sujeito.

Ela faz uma crítica a Adorno do modo como trabalha o conceito de violência. A ética nesse sentido não possui o mesmo significado daquilo que se compreende normalmente. A ética tem relação com a formação do *ethos*, em termos de um conjunto de valores que definem comportamento - valores associados a justiça, ou valores “positivos” que fazem parte do início do processo de socialização na família, na escola, e assim sucessivamente.

¹⁰ Numa releitura de Michel Foucault, Judith Butler (2015) observa que existem quadros normativos a partir dos quais se limitam as leituras sobre gênero e sexualidade, o que envolve irremediavelmente a condição da mulher também. Para a autora, “(...) o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis” (BUTLER, 2015, p.35).

Esse conjunto de valores que o sujeito tem acesso ao longo do tempo é moldado a partir da violência ética. É um caminho violento porque não é o sujeito que define isso, é algo que é imposto e pré-estabelecido, ignorando necessariamente um conjunto de instintos. Passa-se pela reprodução de uma violência ética, ou a imposição de elementos que vão configurar um *ethos*.

Do ponto de vista Nietzscheano é um processo violento principalmente a partir das interdições e negações é que vão moldando o sujeito, um processo de fora para dentro. Que elementos exteriores são esses? Principalmente as regras de conduta, regras de pensamento, regras de comportamento. O que “eu” sou resulta muito mais desse confronto com essas regras que vão atuando de fora e vão modelando.

Considerando essa situação então, existem processos que são exteriores ao sujeito que modificam o que se entende por construção de identidade. Butler (2015) conceitua essa situação como uma “forclusão excludente”, que são elementos exteriores que constitui a subjetividade. Existem elementos exteriores que vão se incluindo.

Quando faz a crítica a Adorno, Butler (2015) está nos convidando a pensar o seguinte: a construção da subjetividade é resultado de um processo de violência porque os elementos que são externos vão atuar e moldar a subjetividade, que dependendo da trajetória individual pode ou não definir. Se considerarmos que o espaço absoluto e o espaço relativo são externos aos sujeitos, logo, esses espaços também influenciam na construção de sua subjetividade e sua identidade política enquanto sujeitos.

A partir desse pressuposto, acredita-se que a rede de interações territorial por onde os sujeitos percorrem dentro desse processo vai atuando diretamente na identidade de um sujeito. O espaço passa a ser uma exterioridade constitutiva de quem o sujeito é, sendo o seu relato espacial, seletivo e contínuo.

Butler (2015) nos indica esse *insight* a partir de Adorno, todavia, a crítica que faz a ele consiste no fato dele sustentar a ideia que sempre vai ser um processo que inclui a violência, mas, para ela pode ser também um processo de diálogo. O que vai se sustentar e é a relação dessa identidade com outras, e com lugares.

Seria então, o complemento dessas variações geográficas na construção das relações de gênero, variando não só na construção do gênero feminino em si, mas culminando em processos em que as lutas políticas particulares necessitam de uma organização a partir do gênero, ou melhor, de uma identidade política de gênero em construção. Dessa forma, a organização do espaço pode ser uma condição para o desenvolvimento (ou territorialização) de um movimento de mulheres.

Massey (2013) associa essa organização ao processo de construção de identidade em termos das articulações sociais individuais ou de grupos. Então, os elos políticos construídos entre essas articulações variadas de identidades políticas não estão isentos de divergências, principalmente se for considerada a heterogeneidade dentro da própria organização política.

Deste modo, entendemos o gênero como um processo de construção da identidade, e o feminismo como resultado da experiência pessoal que, segundo Joan Scott (1998), é um embasamento das narrativas históricas, marcados pela experiência de vida que transcorrem nos corpos geográficos dessas mulheres.

Em alguns casos, as experiências assumem uma posição secundária, tornando-se invisibilizadas. Ao contrário disso, busca-se enfatizar que este feminismo da mulher camponesa do MMC em Conceição do Araguaia se constrói a partir de um processo de (re)conhecimento da identidade feminina e de enfrentamento com a realidade do território. O espaço de afinidade política do movimento é o construído de quando buscaram umas nas outras apoio e solidariedade para (re)existir ao sistema machista de opressão, o que não acontece com os colegas militantes. O conceito de (re) existência nos termos de Gonçalves (2005) está associado às estratégias territorializantes a partir da organização do espaço, a luta por direitos e a emergência de uma organização política a partir da conflitualidade vivida.

A partir do que pensamos, somos sujeitos interpelados pela ideologia, e, é só pelo trabalho e pela necessidade (histórica) de resistência que a ruptura se dá quando “a língua se abre” para relatar a “falha na falha” da ideologia, como o Estado falha estruturalmente, em que a articulação do simbólico com o político não é suficiente, e como as relações de poder estão imbricadas em geometrias.

Entretanto, é com base na resistência, de não aceitação da opressão que a rede de interações territorial em que estão inseridas que as mulheres militantes do MMC passam a se reconhecer como sujeitos político, organizam-se a partir da afinidade política envolta na perspectiva de gênero. Foi a *praxis* da militância, no espaço agrário de identificação política, que as mulheres do MMC construíram sua identidade política, e se tornaram o sujeito no combate nesse cenário.

1.4. GÊNERO: UMA EXTENSÃO ADICIONAL À GEOGRAFIA?

Feita uma introdução ao debate de gênero a partir de Gayle Rubin (1993), Judith Butler (2013; 2015), Heleieth Saffioti (2004) e Joseli Maria da Silva (2005), e de como o

conceito de gênero é entendido de maneira mais abrangente, buscar-se-á agora uma breve apresentação do que pensam autores da geografia a partir do gênero.

“The intersections and mutual influences of 'geography' and 'gender' are deep and multifarious. Each is, in profound ways, implicated in the construction of the other”¹¹ (MASSEY, 2013, p.177). Essa citação de Doreen Massey não é aleatória, mais que um embasamento teórico, ela também assegura que as relações de gênero e geografia são “profundas” e ligadas por interseções e por influências mútuas.

Massey (2013) se esforça para indicar as interconexões específicas de geografia e gênero, onde essas se associadas principalmente ao espaço geográfico. O gênero pode ser interpretado como uma “further extension” para a geografia, sendo (segundo a autora) a primeira observação das feministas na geografia (como Linda McDowell), o fato das relações de gênero variarem ao longo do espaço. Para ela, essa demonstração de variação geográfica adicionou os artefatos primários à gama de argumentos de que essa relação de gênero e geografia é construída socialmente.

Para Massey (2013), gênero e a variação espacial nas relações de gênero é significativa para a compreensão da organização e reorganização do espaço. “And what that means in turn is that taking gender seriously produces a different analysis”¹², ou seja, analisar geograficamente as desigualdades de gênero nos possibilita compreender a multiplicidade inserida na dinâmibbbca espacial.

Depois dessa simplória arguição da rica contribuição a nível global de Doreen Massey, em “Space, Place and Gender”, enfocaremos a perspectiva brasileira trabalhada por Joseli Maria Silva em “Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades”.

Nesse livro, a autora aborda também elementos de “insubordinação”, desafiando a instituição do saber científico eurocentrado, indo “(...) além do nosso universo branco, asséptico e burguês instituído nos ambientes da pesquisa acadêmica universitária” (SILVA, 2009, p.14).

¹¹ O livro *Space, Place and Gender*, de Doreen Massey não possui tradução na língua portuguesa. Mas, para Haesbaert (2017), representa uma contribuição para o pensamento geográfico de “seu tempo”, em que se debruça em uma relação pouco aprofundada na geografia: a relação entre espaço e gênero, tendo sua primeira edição no ano de 1994.

[As interseções e as influências mútuas da "geografia" e do "gênero" são profundas e variadas. Cada um está, de maneira profunda, implicado na construção do outro – tradução livre]

HAESBAERT, R. LIVROS & AUTORES: OBRAS DE DOREEN MASSEY. In: **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 191-192, 2017.

¹² [E o que isso significa, por sua vez, é que levar o gênero a sério produz uma análise diferente – tradução livre] (MASSEY, 2013, p.181)

A abordagem brasileira de gênero caminha em direção à uma geografia feminista, que ainda apresenta muitos desafios a serem superados. É um debate que vem sendo realizado na busca pelo empoderamento e pela equidade de gênero, ganhando cada vez mais visibilidade na comunidade acadêmica.

Assim como Massey (2013), Silva (2009) reconhece que durante muito tempo na história, o reconhecimento da existência espacial dos grupos que envolvem as discussões de gênero não fora concebido como objeto de estudos no campo da geografia, principalmente devido aos discursos hegemônicos. Ornat (2008) também defende a ideia de que os estudos de gênero e sexualidade são uma interessante possibilidade geográfica, que pode nos ajudar na compreensão das nossas especificidades, nos abrindo para um novo mundo, que é muito mais “complexo” e “diverso”.

A abordagem geográfica de gênero enfatiza a necessidade de entender não somente as relações desiguais de classe, como também das relações de diferenciação de gênero como significativas na estruturação do espaço. Portanto, debruçar-se-á na busca de uma análise de classe e gênero, sendo de importância ressaltar que se entende a geografia como uma totalidade enquanto ciência social, que não está alheia aos binarismos que define como humana, agrária, regional, urbana, física, cartográfica e do ensino, mas que se entende que essa permite a realização da análise aqui proposta.

Haesbaert (2014) discute a relevância dos conceitos ligados à análise espacial e elabora uma proposta preliminar de “constelação de conceitos” em geografia. O autor acredita que não se pode aceitar que a Geografia seja representada como uma “simples ciência social”, tamanha a importância de suas problemáticas e por seus debates contemporâneos sobre a definição do espaço geográfico. Desse modo, defende-se que as relações de gênero não são uma extensão da geografia. Como nos diz Santos (1996), “o mundo é um só” e ele em si, em suas relações imbricadas deve ser compreendido a partir da sua diversidade, inclusive, a de gênero.

Mais do que responder à pergunta colocada acima no título do subtópico 1.2, buscamos gerar um ingresso para o debate a partir da importância da compreensão do gênero (pela perspectiva de construção da identidade política da mulher) como produção do espaço. Aqui, os corpos importam (BUTLER, 2015) e por essa razão, deve-se ressaltar geograficamente que existem espaços em que as mulheres lideram, participam e organizam pela performatividade política, e o Movimento de Mulheres Camponesas em Conceição do Araguaia é um exemplo.

1.5. INTER-RELAÇÕES: DAS CONCEITUAÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO AO ESPAÇO DE AFINIDADES E AO TERRITÓRIO DAS MULHERES

“Espaço é uma daquelas coisas mais óbvias, mobilizada como termo em mil contextos diferentes, mas cujos significados potenciais são todos muito raramente explicados ou focalizados” (MASSEY, 2004, p. 07) Como conceituar o espaço? As formas pelas quais conceituamos o espaço derivam das práticas humanas. Autores de referência na ciência geográfica debatem sobre o tema, mas a principal concordância é que o espaço geográfico se constitui como a categoria central, e assim polariza o que Haesbaert (2014) chama de uma “constelação geográfica de conceitos”¹³.

A teoria da produção social do espaço de Henri Lefebvre analisa o capitalismo como um processo, e o espaço como o seu produto. “Así pues, hay una historia del espacio, como la hay del tiempo, del cuerpo, de la sexualidad. Es una historia aún por escribir.”¹⁴. Mais adiante em seu texto, considera que o conceito de espaço está associado ao mental e o cultural, ao social e ao histórico, reconstituído por um processo complexo de descoberta, produção e criação a partir de uma lógica em que se produz a simultaneidade.

Lefebvre (2013) aponta que do modo de produção a seu espaço existem descompassos relacionados às ideologias que se “intercalam”, e de ilusões que se “interpõem”. E, por essa razão, “La historia del espacio (como la del tiempo) está lejos de ser agotada”¹⁵.

Através de Lefebvre (2013) compreende-se que é a partir das espacialidades que o espaço concebido, percebido e vivido se conectam a partir da imbricação de (re)produções espaciais como elementos essenciais da “natureza segunda” refletidos por meio da ação social sobre a “natureza primeira”. Diante disso, torna-se evidente que não existe apenas um destino de como focar na produção do espaço, são diversas as

¹³ Haesbaert (2014) utiliza-se de uma metáfora bem didática para sintetizar o que chama de “constelação geográfica de conceitos”. Para ele, a ciência vive de conceitos, mas, esses devem estar interligados a categorias mais abrangentes. Desse modo, envoltos em uma constelação, cujos conceitos giram em torno de uma estrela, atribui que a “luz central” central da geografia é o espaço.

¹⁴ [“Portanto, existe uma história do espaço. Como do tempo, como do corpo, como da sexualidade etc. História ainda por escrever - tradução livre] (LEFEBVRE, 2013, p.57)

¹⁵ [“A história do espaço (como a do tempo social) está longe de estar esgotada”- tradução livre] (LEFEBVRE, 2013, p.57).

possibilidades, principalmente se for levado em conta as relações de poder e a carga simbólica do espaço¹⁶.

Para David Harvey (2013), a categoria espaço pode ser entendida como uma palavra-chave. Discute do ponto de vista geográfico a complexidade do espaço. Sustentando que é impossível uma definição “genérica”, e que por essa razão, apresenta uma proposta de uma divisão triparte (sustentada em Lefebvre) de como o espaço pode ser entendido, sendo então: espaço absoluto, relativo e relacional.

- i. Espaço absoluto: possui uma estrutura fixa, é uma “coisa em si mesma”. Pode ser medido, podendo ser analisado também com uma base territorial delimitada, em que o cálculo humano pode ser realizado.
- ii. Espaço relativo: é a compreensão da relação entre objetos que existem e se relacionam, sendo relativizado em dois sentidos. i) de que há múltiplas geometrias que podemos escolher; ii) e de que a definição de um quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem. O espaço relativo indica que regras e leis espaciais são necessárias para fenômenos particulares e processos em consideração.
- iii. Espaço relacional: representa em si mesmo as relações com outros objetos. Depende de tudo que acontece ao redor dele. Uma espacialidade não pode ser explicada por si só, é necessária a interação entre espaço e tempo para explicar um processo.

Harvey (2013) considera que o espaço são os três, mas que não se pode considerar memórias políticas dentro de um espaço absoluto. Acredita que a concepção “correta” do espaço é resolvida pela prática humana em relação a ele. A decisão de utilizar uma ou outra concepção de espaço depende da natureza dos fenômenos a serem considerados. Aponta que o uso do espaço relacional pode incluir os espaços relativo e absoluto, o espaço relativo pode incluir o espaço absoluto. Porém, o autor acredita ser interessante conservar os três conceitos em tensão dialética e pensar nas interações que “travam” entre si.

¹⁶ É importante considerar o que Massey (1994) ressalta. Ela chama atenção o fato de que quando Lefebvre escreve sobre a modernidade, ele se preocupa com a particularidade de gênero e sua sexualização. Lefebvre denuncia a crueldade de Picasso em relação a objetificação do corpo feminino, que ele “tortura” ditado pela forma dominante do espaço, pelo olho e pelo falo - em suma, pela violência.

Para Gillian Rose (1993 *apud* SILVA, 2005, p.178) o espaço da mulher na geografia é um “espaço paradoxal” que deve ser reconhecido pela sua “particular espacialidade”. Em sua proposta, as mulheres conquistam visibilidade quando analisadas a partir de um espaço de luta e resistência frente ao discurso hegemônico do masculino. Sua abordagem dinâmica abrange uma análise que implica na contínua construção e desconstrução do espaço produzido pela ideologia. Está no centro de sua teoria do espaço paradoxal essencialmente a construção da identidade feminina a partir da dominação masculina e a “fragilidade” da abordagem feminista em criar categorias que libertem por meio da esfera do discursivo masculino das quais se encontram inseridas. A autora defende que sua ideia preza pela abertura de possibilidades para além das regras que estão “instituídas”.

Silva (2009) complementa essa afirmação ao analisar que: “é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial” (p. 48). Isto é, formas de pensar e analisar esse espaço. Dentro dessas novas formas, surgem ou se configuram, por exemplo, os movimentos, as organizações, as ideias, as articulações no espaço, e a partir disso, compreender as relações sociais que se desenvolvem sobre ele.

Silva (2007), sustenta ainda que uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro social e aos grupos sociais marginalizados do poder. Mas, afinal, o que caracteriza os estudos feministas de gênero na geografia? Para ela, seria a diferença do tratamento das mulheres, sendo que é um processo que também se torna perceptível inicialmente a partir da divisão sexual do trabalho. Enquanto o homem na grande maioria das vezes é aceito como o provedor, a mulher tem a sua mão de obra subordinada, tratada como cuidado ou ajuda.

A produção espacial na perspectiva feminista se diferencia do tratado hegemônico que a geografia privilegia. Silva (2005) mostra que a omissão científica da mulher como sujeito social na geografia passa a ser denunciada principalmente por geógrafas feministas que buscam ter o gênero como objeto de estudo.

Adverte ainda quanto as dificuldades de aproximar a mulher para a esfera de visibilidade na produção do espaço. Silva (2005) considera que o ser mulher é definido no contexto de relações sociais, sendo a identidade feminina plural e continuamente reelaborada. O gênero na geografia toma posição então como uma construção social que se diferencia local e temporalmente.

Por fim, utilizaremos Massey (2004) que, assim como Harvey (2013), apresenta três proposições que sugerem como o espaço deve ser conceitualizado:

- i. O espaço é um produto de inter-relações, que remete às escalas geográficas.
- ii. O espaço como esfera da possibilidade, da existência e da multiplicidade. Existindo assim, a possibilidade de vozes interagindo, uma vez que, sem espaço não existe multiplicidade e sem a multiplicidade não há espaço. Ambos coexistem, implicando na pluralidade.
- iii. E por último, o espaço é um produto de “relações-entre”, que são relações materiais que precisam ser “efetivadas”, mas está sempre em um processo de devir.

Em vista disso, o espaço é um produto de relações (primeira proposição), e por essa razão deve ser também a multiplicidade (segunda proposição). Todavia, não se teoriza sobre as relações múltiplas possibilidades em um sistema fechado e coerente, e por essa razão, o espaço pode não ser sempre uma simultaneidade na qual as interconexões podem ser realizadas, daí surgem as geometrias desiguais de distribuições e de realizações dos espaços.

Sua abordagem de espaço/espacialidade ressoa em mudanças em algumas áreas em que a “política progressista” também pode ser imaginada. As três proposições de Massey (2004) apresentam um aspecto distinto de uma conexão. O espaço como produto de inter-relações busca “operar” a partir de um “compromisso” com o anti-essencialismo. Exemplifica que ao invés de um tipo de política da identidade que toma as identidades como constituídas (“mulher”, homossexual”), a política anti-essencialista parte do processo de constituição das próprias identidades¹⁷ como uma estrutura central para se pensar politicamente. É uma construção de identidades e “coisas”, que inclui subjetividades políticas em uma compreensão relacional de mundo (MASSEY, 2004, p. 9).

O espaço como esfera da possibilidade, da existência e da multiplicidade, está em conformidade com a “ênfase” que os recentes discursos políticos têm realizado a respeito da “diferença” e da multiplicidade. Essa conceituação insiste na ideia de que uma

¹⁷ Massey (2004) defende que as identidades/entidades e as relações “entre” elas juntamente com a espacialidade são co-constitutiva. Baseada em Chantal Mouffe (1993 e 1995), acredita que “não somente existe um paralelo entre a maneira de conceitualizar o espaço e a maneira de conceitualizar entidades/identidades” (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço é, desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas.

“geografia elaborada” deve descentralizar os olhos do ocidente (ou do macho branco heterossexual). É uma perspectiva de uma abordagem que vem sendo trabalhada dentro da fundamentação dos estudos pós-coloniais e dos “feminismos” mais específicos.

Entre as duas proposições, há uma natureza específica vinculada a primeira proposição. No segundo caso, prevalece o argumento de que a autêntica possibilidade de reconhecimento da multiplicidade e da diferença dependem primeiro de um reconhecimento da espacialidade, em muitos casos o reconhecimento estará implícito, e em outras, quando a própria espacialidade caracterizar uma das dimensões da construção de diferença.

A terceira proposição, do espaço como um processo de devir, vai de encontro aos discursos políticos a respeito de uma “abertura” para o futuro que pressupõem direções gerais da história. Essa conceituação propõe uma abertura radical, seja através de uma democracia radical, de questões de nomadismo, ou das abordagens da teoria queer. O espaço deriva de um processo de devir e de um futuro genuinamente aberto.

A própria autora destaca que suas proposições sobre espaço/espacialidade são “razoáveis”. Entretanto, de uma “forma” estranha pode ser “desapontadora”, devido ao fato de também querer defender que esses elementos de imaginação do espaço são novos, que podem tanto se contradizer ou desafiar as formas habituais nos termos em que pensamos o espaço.

Para Massey (2008), o espaço pode ser uma “interseção” com a identidade, uma vez que o compreende como uma produção aberta e contínua, o que pressupõe sempre um processo de relação entre o sujeito com o meio em que está. Propõe um debate em que o espaço é uma “multiplicidade discreta” que está carregada de temporalidades.

Haesbaert (2017) aponta que nos anos 1990, Doreen Massey foi uma das autoras pioneiras na introdução em pensar o debate de gênero na Geografia, questionando David Harvey e Edward Soja por “negligenciar” o papel do gênero e da etnia em seus escritos sobre pós-modernidade e, no caso mais específico de Harvey, em sua concepção de compressão espaço-tempo.

“Don’t call me ‘Ms’, I’m a feminist!”, esse é um trecho de como Doreen Massey se auto afirmava (SILVA, ORNAT, JUNIOR 2017 p.12). Concorda-se com a autora, pois para além de sua posicionalidade como mulher feminista, e de sua resistência ao estudar gênero, está a sua contribuição geográfica para pensarmos “pelo espaço” na produção e na “imaginação” de uma geografia feminista. Massey (2004; 2007 e 2008) fornece os caminhos para pensar o espaço de modo a reverberar em todo esse escrito.

Para ela, importa como pensamos o espaço, pois a partir do momento em que reconhece o tempo como dimensão da mudança, o espaço passa então a representar a dimensão social que reconhece a existência dos “outros” em uma imbricação da realidade. Baseada nas relações de poder e na conexão de espaço-tempo que ela caracteriza as geometrias de poder a partir da globalização, sendo o ponto de partida para a imaginação de um espaço que já está dividido. “A globalização/espacialização da estória da modernidade forneceu uma interpretação, e, portanto, desafiou tanto um sistema de normas quanto um sistema de conhecimento e representação” (MASSEY, 2007, p. 145).

Para Massey, pensar o espaço é muito mais do que afirmar que o espacial é político, significa “abrir” a Geografia e a discussão espacial em direção à um diálogo com as principais vertentes da política progressista contemporânea, como as teorias feministas, queer e as teorias pós-coloniais.

Silva, Ornat e Junior (2017) apontam que um dos pressupostos mais importantes das epistemologias feministas são os limites de análise que o recorte da realidade pode representar. Enquanto Massey (2007) estava apontando os efeitos da globalização como espacialização da estória da modernidade de um modelo eurocêntrico que generalizava os processos de colonização que imaginavam genericamente culturas e sociedades, autoras feministas passavam a questionar os recortes espaciais e as fronteiras no sentido de produzir análises a partir do ponto de vista da invisibilidade e do que estava oculto do padrão androfalocêntrico¹⁸.

Logo, esse entendimento entre as autoras feministas como Haraway e Anzaldúa, que eram opostas às explicações totalizantes de processos globais associam-se a compreensão espacial de Massey e suas geometrias de poder. Sendo essa interpretação da teoria espacial e da teoria feminista também ressaltado por Silva, Ornat e Junior (2017).

E por fim, para finalizar o debate teórico sobre espaço, Doreen Massey (1994; 2004; 2007) que é o principal apoio teórico, tanto pela sua posicionalidade enquanto geógrafa, quanto por suas possíveis conceituações de espaço. Principalmente por permitir entender que o espaço é a possibilidade. Portanto, a partir de Massey, enfatizaremos a real compreensão de espaço a ser utilizada neste trabalho.

Seu aspecto da multiplicidade e das interconexões do espaço é a base do “universal singular”, do local ao global. Expandindo-o, cria-se a possibilidade para as

¹⁸ Haraway (2000) Homem europeu, branco e heterossexual.

múltiplas trajetórias, e vozes na conceituação particular do espaço, que propõe o entendimento relacional do mundo, da construção de identidade e “coisas”.

O espaço das múltiplas trajetórias, construído pelas identidades proposto por Massey (2008) é também o espaço de identidade política relatado pelas mulheres do MMC. Passemos adiante, para que melhor entendamos essa relação.

Para além de instância de governança, o colegiado tinha como função possibilitar a participação social dos atores sociais do território nas tomadas de decisões políticas no que tange o futuro dos territórios. O Codeter do território do Sul do Pará/Alto Xingu¹⁹ era sediado no município de Redenção, refletindo os resquícios da formação territorial que atribuiu centralidades a certos municípios. Nas plenárias e reuniões de que participamos, percebemos forte influência dos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção e Xinguara nas tomadas de decisões. Esses municípios sempre se impunham na tentativa de também centralizar as políticas territoriais de desenvolvimento provenientes do Estado. Percebe-se então que, da formulação das políticas públicas até sua implantação nos territórios, eram gerados inúmeros conflitos territoriais, culturais, econômicos, políticos e de gênero. Todas as ações, discursos, manifestações dessa experiência se relacionam

A partir da primeira experiência de não-participação de mulheres, foi possível considerar esse espaço como não-inclusivo. Entretanto, cabe ressaltar que foi a partir de uma rede de interação territorial (pautado no confinamento a posições particulares) que um espaço de afinidades políticas se consolidou.

Para Haraway (2000), não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. A autora se coloca como uma grande crítica sobre o “ser” mulher, ou sobre a naturalização que essa abordagem possui. Para ela, a mulher é uma categoria complexa e construída através de discursos sexuais e de práticas sociais “questionáveis” (também considera que a consciência de classe, de raça e até mesmo de gênero é “imposta” por uma experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado).

Em meio às muitas ondas e debates, só fica mais claro que uma perspectiva homogeneizadora de feminismo continuará desconsiderando mulheres, geografias e

¹⁹ Essa é uma regionalização proposta pelo Programa Territórios da Cidadania. Sendo ele composto pelos municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D’Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

experiências, alimentando assim as estruturas de poder já estabelecidas. Considera-se de grande importância apontar a heterogeneidade e os conflitos dentro desse movimento político, e principalmente reconhecer um outro tipo de tratamento espacial daquelas que estão no agrário prezando pela segurança alimentar e pelo direito ao uso de seus territórios.

Dessa forma, é imprescindível reconhecer que as mulheres desse movimento se organizam na região por suas afinidades políticas (HARAWAY, 2000). Assim, é necessário imaginar geograficamente a existência de um feminismo agrário em Conceição do Araguaia, não com uma identidade fixa, mas como um movimento que se constitui por um processo de construção de identidades múltiplas (BUTLER, 2015).

Diante de tal realidade, a mulher camponesa procura então criar espaços de resistência, e de uma militância sobre o ser mulher de enfrentamento perante a sociedade de classes. O saber empírico dessas mulheres apresenta um processo de construção de identidade de gênero e de um espaço de afinidades políticas em Conceição do Araguaia.

O espaço geográfico e as relações dos estudos de espaço pela perspectiva de gênero tem efeitos sobre as maneiras pelas quais o gênero é construído e compreendido nas sociedades em que vivemos, e buscou-se mostrar isso nos tópicos anteriores. Dessa forma, mediante à consideração de que as relações de gênero estão imbricadas no espaço, e do espaço de afinidades políticas das mulheres camponesas como a esfera das inter-relações, da possibilidade/multiplicidade e que está em constante devir, propomo-nos agora, localizar a inserção da mulher na sociedade de classes, e para finalizar o capítulo, a analisar a construção das identidades políticas a partir do MMC e como a luta delas caracteriza um território.

Foram analisadas anteriormente as relações processuais mulheres-espaço e como se imbricam aos traços de formação de identidade política de gênero. A partir de agora, o esforço será para mostrar que simbólica e/ou concretamente, essas ações se dão sob o território, seja ele compreendido como “um campo de forças” (SOUZA, 2013) ou como uma construção política multiterritorial (HAESBAERT, 1997) com ênfase na identidade feminina de gênero.

As territorialidades que são entendidas no sentido da vivência, de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço se expressam em rede (lógica reticular). Compreende-se que a multiterritorialidade perpassa pela possibilidade existente na

globalização de se poder estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes.

As conexões sociais entre a rede de interação territorial de interação representam um fator de grande importância para a inserção política das mulheres, entretanto, essa rede de interação associada aos grupos de luta pela terra também reproduziu desigualdades de gênero, mesmo com a grande inserção política das mesmas.

Mesmo com a estrutura sindical, as mulheres não possuíam maiores avanços nas discussões sobre gênero no sindicato. Elas encontravam-se inseridas dentro de um de “campo forças” (SOUZA, 2013), ou seja, na efervescência de conflitos existentes no Sul do Pará.

Para Souza (2013), o poder é uma das dimensões das relações sociais, já o território é uma expressão espacial disso, ou seja, “uma relação social tornada espaço”, considerando ainda que para ele o espaço social é multifacetado e o território é uma de suas facetas. Souza enfatiza as relações de poder e também reconhece a multiplicidade do espacial.

Sack (1986) destaca a dimensão do político no território. “Esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento através do controle” (p.19), a partir de sua definição, pretende-se deixar claro que não é tão simples a definir território. Para ele, a territorialidade é “enraizada socialmente e geograficamente motivada” (SACK, 1986, p.03).

Tinha uma presença muito forte das mulheres pra conseguir esse *projeto do território*²⁰, como também, elas ficaram à frente de questões como a Reserva Bradesco...não sei se tu já chegou...ahh gente... tô lembrando disso agora. Mas, teve uma época lá que foi criado o PA Padre Josino Tavares (né?) Que era pra ser uma área, na verdade (se não tô enganada), uma área com a maior reserva (né?) dentro de um projeto de assentamento, e essa área foi sendo invadida. Criaram o assentamento e depois o próprio Incra incentivou outras famílias a entrarem justamente na área de reserva. E muitas mulheres, muitas mulheres participavam do MMC eram dessa área (inclusive a Domingas). E aí o MMC assumiu essa causa, mobilizou CPT na pessoa do Frei Henry, e elas fizeram inclusive toda uma mobilização, e até acampamento mesmo, claro que não elas sozinhas, mas, particularmente, ouvia uma propaganda muito grande delas, uma articulação pra...com relação a esse fato. E aí, elas estavam juntas no acampamento do Incra pra forçar o chefe da unidade local (na época, era o Raimundo Marques, era) Para ele tomar posição com relação a isso...foi uma questão que elas encabeçaram. (Entrevistada Maria Célia, Ex-articuladora territorial, 38 anos, 14 jan. 2017)

²⁰ Referência ao Programa Territórios da Cidadania.

Os conflitos que ocorriam no território representaram uma dimensão muito forte para se pensar no contexto agrário de Conceição do Araguaia. A região é conhecida por seus conflitos, especialmente aqueles que tratam das questões agrárias, da luta pela terra, ou simplesmente da sobrevivência no merecido pedacinho de chão. Ou seja, geograficamente falando, essas mulheres estavam traçando estratégias territoriais para reafirmar sua territorialidade.

Haesbaert (1997, p.42) afirma que o território envolve ao mesmo tempo (com diferentes graus de correspondência e intensidade) uma dimensão cultural, através de uma identidade territorial conferida pelos grupos sociais como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem e uma dimensão concreta, com características político-disciplinar, que consiste na apropriação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

O autor também chama atenção ao fato de que “hoje” (“pós” ou “neo” modernidade), uma característica fundamental é a multiterritorialidade humana, em que a partir do espaço/tempo em que os sujeitos estão inseridos, e os interesses estão em “jogo”, “determinadas identidades são ativadas em detrimento de outras” (p.42).

Diante disso, compreende-se que o movimento de mulheres se territorializou a partir da afirmação da identidade de gênero e de um exercício do poder, principalmente, quando estiveram em meio ao processo de “lonas pretas”, de formações políticas para mulheres, de atos de afirmação no oito de março, e transgredindo todos os papéis de parede amarelo²¹ que colocava elas amarras de “ser” mulher.

Existe uma diferença entre a base territorial das mulheres e do MMC em Conceição do Araguaia. O MMC se consolidou no território principalmente por causa de uma organização pré-existente. Entretanto, todo território é dinâmico, e pode passar por uma des-territorialização.

Haesbaert (2004), afirma que a des-territorialização simula a perda de poder em termos de controle no território. Entretanto, toda des-territorialização, implica em um processo de re-territorialização, em que os sujeitos desterritorializados reorganizem suas relações sociais em outro espaço. Um processo de des-re-territorialização representa então, a multiplicidade que as dinâmicas territoriais possuem, estando sempre em um processo de devir.

²¹ Referência ao conto “O papel de parede amarelo”, de Charlotte Perkins.

Des-territorialização no sentido dessa pesquisa é entendido a partir de Haesbaert (2004) como “perda” de controle político de um espaço, nesse caso, referente ao movimento de mulheres camponesas enquanto movimento. Entretanto, também se concorda com Haesbaert (que se inspira em Massey (2004) quando fala do “sentido global do lugar”) em pensar o processo de des-territorialização não “fechado e defensivo”, mas sim, compreendido pela multiplicidade de fatores envolvidos.

Com base nessa discussão inicial acerca do conceito de território, entende-se como se constitui um território a partir do movimento social de mulheres camponesas, e também que o processo de des-territorialização faz parte da dinâmica multiterritorial.

O processo de territorialização do movimento de mulheres é anterior a constituição do MMC em escala nacional. Cabe afirmar que sua organização dentro do STTr de Conceição do Araguaia (como estratégia de enfrentamento) foi de grande importância para que as mulheres de Conceição do Araguaia conseguissem instituir uma geometria do poder a partir da luta de gênero.

Os artifícios para que se pense uma geometria do poder a partir do movimento de mulheres estão relacionados a capacidade de expansão e expressão em maiores escalas de atuação. Adiante, no segundo capítulo, com as contextualizações empíricas apontarão os elementos da des-territorialização política do MMC.

CAPÍTULO 2. MULHERES, TERRA E TERRITÓRIO: CONSIDERANDO MEMÓRIAS E RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS

Descreve do jeito que bem entender/ Descreve seu moço/Porém não te esqueças de acrescentar/Que eu também sei cantar/ Que eu também sei lutar/Que meu nome é mulher...(OLIVEIRA, Canto da Mulher Latino Americana)²²

Um fato a considerar

Após quase dez horas de viagem entre pastos, plantações de abacaxi, soja e eucalipto (de Marabá à Conceição do Araguaia), cheguei por volta das 17:30h. A primeira coisa a ser feita foi me instalar na pacata e tranquila cidade. Assim que desci do ônibus, logo avistei por entre as lentes cheias de gotículas de meus óculos, o hotel Rodrigues. Em meio a precipitação que caía, peguei a mochila, a pequena mala que carregara comigo e atravessei a rua correndo (na tentativa frustrada de molhar menos).

Na recepção, fui recebida por uma moça simpática e sorridente, de nome Daiane. Trocamos algumas palavras, e fui na direção do quarto 07, que tinha o mínimo de conforto necessário para o descanso. Por volta das 19:30h, saí do quarto na busca de um local para que pudesse jantar. Cheguei na recepção, e Daiane me indicou um pequeno restaurante bem próximo ao hotel.

Na volta, encontro sentados na recepção do hotel Daiane e o Sr. Rodrigues. Convidaram-me para que sentasse com eles, e assim foi feito. Durante a conversa, me indagaram o motivo de estar em Conceição do Araguaia, a partir disso, fiz uma breve apresentação de quem era, e para minha surpresa, antes mesmo de mencionar o movimento social que eu dava ênfase na pesquisa, fui questionada se era o “movimento das mulher”. Nesse instante, só me restava sorrir e afirmar com a cabeça.

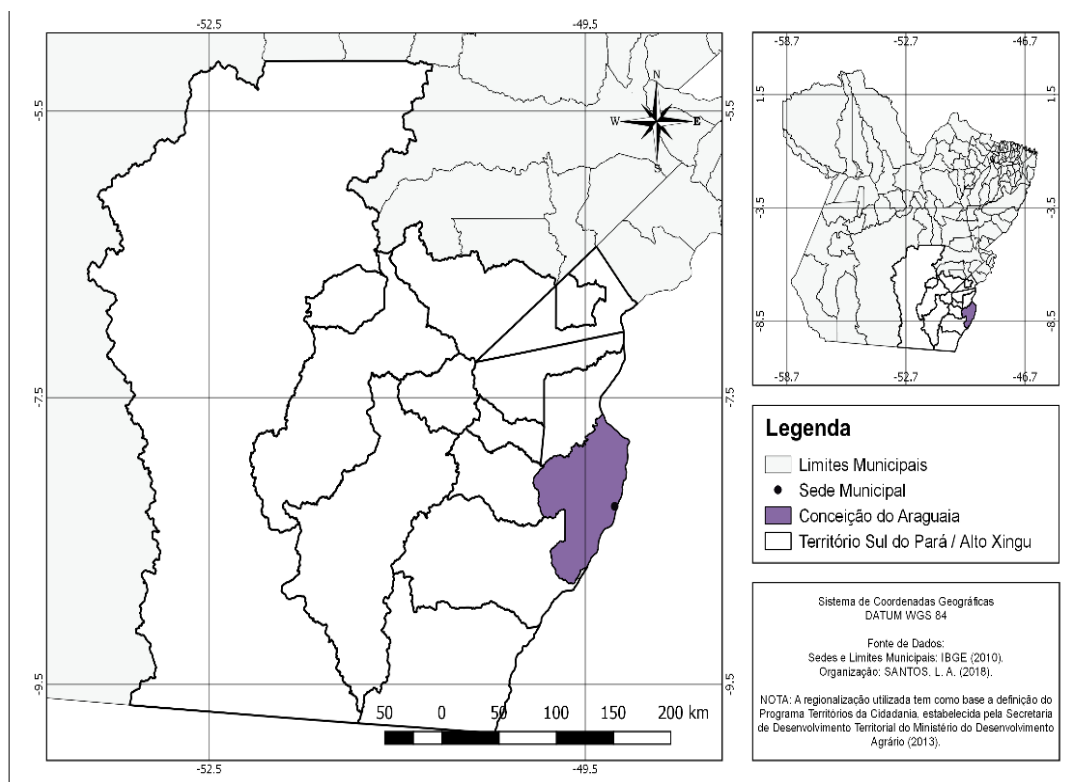
Logo o Sr. Rodrigues se empolgou e resolveu relatar um pouco do que sabia. Manifestações sobre a ponte, campanhas solidárias, e muitas outras coisas que tinha feito pela população. Prestava atenção, mas, como penso que ele percebera que estava cansada, ele foi diminuindo o tom de empolgação de seu relato. Como estava verdadeiramente cansada, resolvi me despedir. Porém, quando já estava quase virando

²² OLIVEIRA, J. F. Canto da Mulher Latino Americana. Intérprete: Padre Zezinho. In: **Oração Pela Família**. São Paulo: Paulinas – Comep. 2013. 1 disco sonoro. Lado B. faixa 5

de costas, o Sr. Rodrigues me chama e diz: “Minha filha, esse município já foi lilás”, fazendo referência a cor da bandeira MMC.

E, por essa razão, talvez até desrespeitando os manuais da cartografia, e defendendo uma cartografia social marcada pelos sujeitos políticos, abaixo segue o mapa de localização do município de Conceição do Araguaia na cor simbólica do movimento.

Mapa 2 - Localização do Município de Conceição do Araguaia- PA



A luta das mulheres camponesas contra o avanço do capitalismo versa no sentido da (re)existência, que está associada as estratégias de permanência e organização do espaço, luta por direitos e a emergência de uma organização política a partir da conflitualidade vivida.

A terra como categoria é algo comum à muitas lutas. Historicamente, percebe-se que o processo de formação territorial do Brasil comprova que o país é eminentemente agrário, em que a terra se torna um recurso decisivo, e a região em que o recorte espacial da pesquisa se dá é um exemplo disso.

O município de Conceição do Araguaia nos permite visualizar uma geografia das lutas do campo com uma multiplicidade de sujeitos. Ianni (1979), Schimink e Wood (2012), Terence (2013) e Reis (2015), e auxiliam na compreensão de que a realidade a

partir da luta pela posse da terra não pode ser explicada apenas como um espaço do confronto entre fazendeiros e camponeses.

Partiremos para uma compreensão desse espaço a partir multiplicidade de atores, principalmente das trajetórias de vida de três mulheres que foram e são de grande importância para a o entendimento da questão agrária em Conceição do Araguaia pela abordagem de gênero, considerando a terra também como um elemento constitutivo de suas identidades do sujeito.

No capítulo anterior, ressaltou-se de forma breve a inserção desigual da mulher no sistema capitalista. Nesse capítulo, daremos ênfase a partir de como o sistema capitalista de produção influenciou na geração de latifúndios e, assim, acabou excluindo muitos sujeitos do acesso à terra, dentre eles, as mulheres camponesas. Essa interconexão entre os grupos de mulheres e os movimentos do direito à terra em Conceição do Araguaia é algo que não tem como dissociar, pois, é a partir desse contexto que o movimento se organiza. As experiências de Meire, Gonçalina, Ceixa e os próprios relatos de Maria Célia confirmam isso.

Analicamente, considera-se que o estudo do território se torna mais complexo. Pode-se assegurar que as relações de poder também possuem inter-relações (como proposto por MASSEY, 2008) para com diferentes variáveis sociais, como por exemplo, as de classe e o gênero para a análise espacial.

A ideia sobre a qual construímos a discussão do segundo capítulo é de que as relações classe e gênero se constituem em elementos centrais para a compreensão de como o movimento de mulheres consegue consolidar uma base territorial em um contexto histórico e geográfico de luta pela terra, e a partir disso, delimita um território de muito protagonismo, representação e resistência, culminando na imbricação à um movimento nacional. Partiremos de constatações empíricas para assim mostrar a construção de uma geografia feminina do poder na luta pela terra em Conceição do Araguaia.

O conflito social se caracteriza como inerente à sociedade de classes. No caso da Amazônia, conflitos ocorreram primariamente devido às disputas entre as reivindicações sobre recursos, e no caso de Conceição do Araguaia, sobre a terra. *“Resistência, por outro lado, ocorre quando membros do grupo subordinado desafiam as tentativas do estrato dominante em apropriar recursos ou impor a maneira pela qual os recursos seriam explorados”* (SCHIMINK; WOOD, 2012, p.52).

Meire, Gonçalina, Ceixa e muitas outras possuem um desafio duplo com a terra: o desafio de fazer parte de um processo sério de organização social na lona preta e de

mostrar que a força da mulher faz um roçado, territorializa o espaço, faz movimento e unidas são a multiplicidade de subjetividades coexistindo.

Não procuramos “romantizar” essa luta, o território, esse movimento ou essas mulheres. Tentamos escutá-las, em primeira pessoa, enquanto sujeito, para que assim, elas narrem suas experiências de luta com toda a carga simbólica e emocional que o território das mulheres, bem como o MMC representa na vida delas.

De fato, no início, foi muito difícil, porque os homens levavam sempre com brincadeira, com chantagem, chacota{...} a gente sempre teve claro essa questão da luta de classe, que é a luta das mulheres trabalhadoras, e principalmente a luta das mulheres trabalhadoras camponesas, mulheres da terra. E aí, a gente sempre focou essa questão, de que a gente precisava lutar contra a opressão, contra o capitalismo, contra todas as coisas que tira o amor da vida, o nosso gás de viver enquanto mulher. Então, a nossa luta, é contra tudo isso, as nossas discussões e demandas eram em torno disso. E assim, eram em todos os nossos espaços de inserção. Em casa, no movimento, nas lutas. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 52 anos, 18 jan.2018)

Meire é uma mulher de sorriso largo e, apesar de tudo o que passou, não se arrepende dos sacrifícios que já fez em nome das lutas sociais das quais esteve envolvida e faz questão de falar abertamente de sua trajetória. Ela acredita que o país ainda é muito machista e a discriminação com a mulher ainda está muito enraizada. Mas, reconhece que houveram muitos avanços nas lutas das mulheres, principalmente devido às organizações sociais que adotaram para os movimentos uma leitura feminista.

Gonçalina é um pouco mais séria, mas não menos receptiva. O primeiro contato foi com ela e quão importante foi. Por estar coordenando o STTR, ela é a que mais expõe em sua fala a ausência que o movimento de mulheres faz, mesmo com todos os conflitos engendrados com o próprio STTr, o MMC é fundamental para que exista uma Conceição do Araguaia mais mobilizada em termos de pensar a questão agrária e as próprias conjunturas políticas.

É tanta coisa que é difícil pra contar...é difícil pra gente lembrar de tudo ao mesmo tempo éééé...tão tanto que hoje aqui no nosso município, nesse município nosso de Conceição do Araguaia, é poucas mulheres que não tem essa formação dos seus direitos, né? Se estivéssemos mobilizados como estávamos naquela época, Michel Temer, aquele temeroso já tinha escapado, ou, já tinha mudado o posicionamento dele. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Ceiça têm energia contagiante e, de todas, é a que ainda hoje sustenta e luta pelo MMC em Conceição do Araguaia. Com todas as dificuldades de mobilização para a

realização dos novos debates, aponta que os conflitos eram de pequena ordem, mediante ao que já fizeram e conquistaram a partir do movimento de mulheres.

Pela nossa trajetória, eu sinto orgulho. Temos história nesse município. (Entrevistada Ceíça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Como já afirmamos acima, o espaço comum dessas mulheres se organizou por um só motivo: serem mulheres no agrário, e em Conceição do Araguaia. As suas afinidades políticas (HARAWAY, 2000), motivadas pela consciência da “exclusão” motivam ao contexto da organização de um movimento de mulheres, mesmo que as identidades individuais sejam contraditórias e ocasionem conflitos internos.

A organização de um grupo de mulheres nada mais é do que uma estratégia de enfrentamento. Entende-se que para que o movimento conquistasse a dinâmica territorial duas foram as formas: i) a primeira foi a subordinação das mulheres que ocasionou na criação da secretária de mulheres dentro do sindicato; ii) e a segunda foi a articulação em múltiplas escalas de diversos movimentos que ocasionaram na organização do MMC como um movimento com demandas nacionais.

2.1. A LUTA PELA TERRA TAMBÉM É MARCADA POR ELAS

Diante disso, um marco importante para a questão feminina de gênero foi a década de 80, em que o feminismo no Brasil se “emancipava”. Os movimentos regionais de mulheres começaram a se organizar em diferentes estados do país em “sintonia” com outros movimentos sociais do campo.

As trabalhadoras rurais tinham uma concepção de uma luta diferenciada: a luta da mulher camponesa. Provocadas pelo reconhecimento e valorização do trabalho realizado por elas, pautas com o enfoque na valorização da mulher passaram a fazer parte dos debates principais.

Por essa razão, passou a existir a necessidade de fortalecimento da articulação com movimentos mistos do campo. Em 1995 foi criada Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento

dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)²³.

O processo de organização do movimento de mulheres foi marcado por mobilizações, comemoração de datas simbólicas como o dia 8 de março, formação política/ideológica nos diferentes níveis de atuação do movimento, e a elaboração de material (cartilhas, vídeos, panfletos e etc.) para os trabalhos de base e para o próprio entendimento do que estava se tornando o movimento.

No decorrer do processo, os movimentos de mulheres se fortaleciam nos estados, avançando nas lutas, na coordenação da base, na formação de lideranças. Movidas pela necessidade de continuar, começaram então a “potencializar” e “unificar” um movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional.

Após a realização de atividades nos grupos de base, municípios e estados, e com a realização do Curso Nacional (de 21 a 24 de setembro/2003), que computou a presença de 50 mulheres, originárias de 14 estados, representando os movimentos mistos, foi decidido pela concretude de um movimento unificado, que passou a ter o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Meire, Gonçalves e Ceiza estavam lá.

A mulher camponesa é o acúmulo e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher. Elas representam a pluralidade da luta: é a pequena agricultora, a quebradeira de coco, as extrativistas, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas. Elas representam a diversidade de singularidades da mulher militante do MMC.

Além da participação em entidades, cooperativas produtivas e sindicatos, existiam mulheres coexistindo em um “espaço de afinidade política”, ou seja, um local em que essas mulheres têm como um subterfúgio da realidade patriarcal e machista da qual estão inseridas. O espaço de afinidade política é empático com as demandas, as experiências e estigmas de ser uma mulher camponesa no Sul do Pará, e a partir desse espaço elas participaram do processo de criação do movimento nacional.

Conceição do Araguaia é reconhecida pela sua capacidade de ser uma cidade articuladora de lutas e destino de migração durante a grande bandeira de luta pela terra na região, sendo essa uma possível justificativa de ser um município de mulheres altamente politizadas. Durante o período de territorialização do movimento autônomo de mulheres

²³Informações retiradas do site: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

em âmbito nacional, existia uma organização política muito forte, as mulheres de Conceição do Araguaia debatiam política em todas as escalas.

Era um momento em que existia uma capacidade de leitura política muito grande. Tudo permeado por muitas tensões. Tanto nessa questão de organização política, enfrentamento com fazendeiros, como também enfrentamento junto aos próprios órgãos. Naquele momento, haviam vários desdobramentos sendo conduzidos pelos movimentos sociais em geral, e pelo movimento de mulheres.

Mulher, recém-formada e com vários desafios pela frente: essa era Maria Célia em meados do ano de 2005. No início de 2017, realizou-se uma entrevista com ela objetivando compreender um pouco mais da sua experiência como articuladora do território do Sul do Pará. E, seus relatos confirmaram a importância das componentes e do próprio Movimento de Mulheres Camponesas para articular as ações de desenvolvimento territorial.

Maria Célia Vieira da Silva teve a experiência de se tornar articuladora territorial no do Sul do Pará/Alto Xingu. Naquela época, assumiu também o desafio de auxiliar o grupo de mulheres em algumas atividades na região. Maria Célia, ou “Célinha” é formada pela primeira turma de pedagogia em Xinguara, teve um contrato pontual junto à CPT para realizar atividades de finalização de uma pesquisa sobre o avanço da soja na região, e a partir daí, começou a se inserir em várias atividades organizadas pela entidade.

Em 2005, mudou-se para Conceição do Araguaia, e como tinha uma forte indicação, logo se inseriu no movimento de mulheres. E, no decorrer dessa experiência, a figura de consultoria (ou articulação), que também era uma mulher precisava ser substituída, e como a Associação de Mulheres Camponesas (AEMC) era que estava propondo, as mulheres do MMC indicaram o nome de Maria Célia para assumir esse cargo.

Segundo Meire, Maria Célia realizou um trabalho muito interessante, a partir de sua capacidade de articular, saber mediar conflitos e por ser muito organizada, e dessa forma, se tornou uma referência para o território em seu período de articuladora. Atualmente, é professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, no curso de Educação do Campo.

Segundo os relatos de Maria Célia, foi a partir do STTr de Conceição do Araguaia que as mulheres começaram a perceber que tinham demandas e especificidades próprias. Sendo elas mulheres de uma grande capacidade de leitura política, mas, com algumas dificuldades oriundas da até então “pouquíssima” escolarização, o que não lhes impediu

de, a partir da experiência da luta, constituírem-se enquanto sujeitos do processo de reivindicação da reforma agrária e do debate sobre o papel da mulher camponesa.

Explicou que em alguns momentos, situações tensas ocorriam pelo fato de o movimento de mulheres estar à frente. Então, tornavam-se evidentes posturas bem machistas com relação as demandas femininas. Como exemplo, citou que quando as mulheres apresentavam projetos, eram reprovados justamente por não possuir expressividade de representação do “todo”, mas, que quando a situação era contrária, o todo na figura do sujeito-mulher era demasiadamente “deixado de lado”.

Maria Célia²⁴ nos oferece os primeiros indícios de como se construirá o espaço da mulher camponesa em Conceição do Araguaia, ou melhor, o espaço de afinidades políticas. A partir da inserção em sindicatos, no debate na luta pela terra e pela boa leitura política que as mulheres perceberem precisavam ter uma voz mais ativa e um poder simbólico de decisão.

Assim que começa a falar de sua experiência, deixa claro a importância que Meire possui enquanto liderança, possuindo uma ligação política muito forte. Desde sempre inserida em uma rede de interações territorial (como a CPT e o Sindicato), e movimentos (uma relação vivência com o MST) associados a questão agrária.

Para Maria Célia, mulheres como a Meire estavam nesses espaços, mas, não em uma total condição de reconhecimento. Entretanto, eram as mulheres que davam a “linha” no sindicato dos trabalhadores rurais, só que publicamente, a figura das lideranças masculinas eram às que prevaleciam. Mas, também relata que a voz de Meire (e não só a Meire, Domingas e Maria Ramos) tinha um peso “mascarado” muito forte.

A rede de interação territorial em que transitavam em 2005 era de grande contribuição para o momento político do território. Como exemplo, o fato de acompanharem de perto a implementação do PTC, e da criação do PA Pe. Josino Tavares²⁵ (que segundo Maria Célia), era uma área com a maior reserva dentro de um projeto de assentamento, entretanto, essa área de reserva foi ocupada.

Depois que criaram o assentamento, o próprio Incra incentivou outras famílias a se acamparem nesse espaço. E, algumas mulheres que participavam do MMC eram dessa área (inclusive a Domingas). E aí o MMC assumiu a causa, mobilizou CPT na figura do

²⁴ VIEIRA, M.C. **Participação de mulheres e questão de gênero no território do Sul do Pará/Alto Xingu**. 2017. Entrevista cedida a Batista, F.T; Silva, M.P e Santos, L.A Marabá, 14 jan. 2017.

²⁵ Que em alguns momentos durante o texto vai ser mencionado como Fazenda Bradesco, ou acampamento da Bradesco.

Frei Henry²⁶ e foram para a luta. Elas estavam juntas no acampamento do Inca na tentativa de “forçar” o chefe da unidade local (na época, era o Raimundo Marques) para que ele tomasse posição com relação a isso.

De certo modo, a partir de diferentes situações, se via o protagonismo das mulheres no município de Conceição do Araguaia. Porém, a queixa que Maria Célia revela é que essas mulheres sofriam com o machismo dentro do sindicato, e em alguns pontos na rede de interação territorial em que interagiam. Todavia, elas combatiam isso com muita luta e reivindicação. Como elas faziam isso?

Através de várias atividades de mobilização: tanto auxiliando na formação de identidade política para as outras mulheres, como também de mobilização. O 8 de março é uma data simbólica de muita importância para o MMC em geral. Mas, segundo Maria Célia, essa data em Conceição do Araguaia era sempre revestida de ações de reivindicação, de apresentação de demandas junto aos órgãos do município, apresentação de projetos, e ainda mais, cobravam por projetos diferenciados (principalmente junto a EMATER).

Bem, com a experiência de Maria Célia, é possível afirmar que foi através das relações machistas do sindicato que as mulheres do MMC foram percebendo precisavam ter um espaço próprio que não fosse só o sindicato. O sindicato foi o princípio para que elas percebessem a importância de um espaço próprio.

O processo de produção social do espaço na região do Sul e Sudeste do Pará representa um mundo de criações (SCHIMINK; WOOD, 2012). A implementação de uma nova lógica de produção do espaço foi dada a partir de planos de colonização que transformaram a densa vegetação em estradas poeirentas, por políticas públicas de incentivo à compra de terras, pela mineração, além do fato desse espaço ainda representar uma fronteira que não está consolidada em sua totalidade, visto que os investimentos nos novos “eixos de integração do agronegócio”²⁷ só crescem.

Em um espaço de violência e competição no acesso e fixação à terra, a existência de uma família é necessária, mas o papel da mulher por muito tempo foi “confinado” nesse contexto. Entretanto, pode-se afirmar que existe, assim, uma contribuição do

²⁶ Frei Henry foi um religioso que atuou principalmente nos conflitos agrários no Sul do Pará. Era advogado da CPT, e, um sujeito muito respeitado e querido por sua coragem e dedicação ao próximo. Sendo também um dos principais influenciadores da organização de mulheres em Conceição do Araguaia.

²⁷ MIRANDA, R. R; SILVA, M. A. P. da. **Das agroestratégias aos eixos territoriais do agronegócio no estado do Pará**. Boletim DATALUTA. v.99, p.1 - 29, 2016

trabalho da mulher quando o consideramos a partir do ponto de vista da sobrevivência, e dos espaços de “confronto como a realidade”, como é colocado por Butler (2003).

A autonomização relativa do trabalho da mulher está diretamente associada ao fato de assumir espaços de direção: seja o espaço da família, do trabalho e das diversas organizações sociais que lhes é garantida (depois de muita luta e afirmação). Essas mulheres, depois de um projeto conjunto de existência negada no processo de formação territorial da região, (re)existem como assessoras, mulheres ligadas aos sindicatos, associações, cooperativas e como militantes do MMC, que é um movimento de atuação em escala nacional, justificando que a libertação da mulher deve advir da organização e da sua luta em dois eixos: Classe e Gênero, isto é, ao mesmo tempo em que se luta por uma transformação nas questões agrárias, reconhecem a necessidade do reconhecimento das disparidades entre os gêneros.

No MMC, a luta da mulher camponesa é a soma e a unificação destas experiências e da participação política da mulher. Elas representam a pluralidade do “ser” mulher. Meire, Gonçalina, Ceixa e muitas outras, com diferentes identidades e especificidades, transgridem o normativo, colocam-se em enfrentamento com o sistema capitalista de produção, e nos possibilitam o traçado de uma nova imaginação geográfica para que compreendamos também os avanços e limites da luta pela reforma agrária no contexto do Sul do Pará, especificamente, em Conceição do Araguaia.

A hierarquização da luta das mulheres passa primeiro por um processo de emancipação perante a sociedade capitalista e, posteriormente, passa pela emancipação individual e coletiva do sujeito-mulher, uma interação de luta que vai do global-local, e como ressaltado por Fraser (2007), existe uma mudança geográfica com implicações políticas para as lutas feministas específicas, tais como a das mulheres camponesas, de baixa escolaridade e sem-terra.

Por essa razão, afirmar que o patriarcado é relacionado ao capitalismo é uma forma de colocar que a luta feminista de gênero é resultado da desigualdade da sociedade capitalista. Os laços de afinidade entre as mulheres que estão nas frentes de lutas em movimentos sociais, possuem também outras características a serem analisadas, dado que estão num cruzamento de intersecções de preocupações com classe social, raça e gênero, que são responsáveis pela construção da identidade política da mulher. Passemos adiante.

Oliveira (2007) afirma que “a concentração de terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra” (2007, p.66). Mas, que terra essa é essa? Compreende-se como uma categoria muito complexa, não

apenas como o “direito” que está escrito/previsto nas leis, planos e estatutos que foram pensados em diferentes momentos e por diferentes governos. Mas, a terra para aquele que tem fome, que precisa plantar, jantar e morar em tempos que a quantidade da produção vale mais que a qualidade.

As pautas do MMC visam uma agricultura camponesa agroecológica, visto que envolvem um enfrentamento ao modelo capitalista de produção. Contesta-se, portanto, o progresso das monoculturas e do avanço do agronegócio. Para o MMC, um modelo de desenvolvimento pautado na reforma agrária, no reconhecimento de gênero e na agroecologia, possibilita uma melhoria na qualidade de vida das famílias de agricultores em bases sustentáveis, que sejam menos agressivos ao meio ambiente.

O projeto popular da agricultura camponesa defendido pelo MMC busca que o acesso à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio estabeleçam limites para a propriedade de terras no Brasil.²⁸ Diante disso, reconhecem que para combater esse cenário, deve-se ter a compreensão de que existe uma responsabilidade individual e coletiva na luta pela terra, e por uma reforma agrária que regate a cultura camponesa como princípio da igualdade, valorização da mulher, e de todos os seres humanos.

Ao se tratar de propriedade capitalista da terra,²⁹ tem-se na concentração o aumento do poder. O proprietário é “personagem de dentro” do capitalismo, retendo a terra como reserva de valor. A reforma agrária surge num contexto de atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terras.

No entanto, para Oliveira (2008), esse processo deve ser entendido não somente como um fruto das contradições do modo capitalista, mas “como um produto da relação social que é”. Para ele, “isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra”. (OLIVEIRA, 2001, p.186).

Segundo Pereira (2013), no sul e sudeste do Pará, as ocupações de terra eram associadas a ações subversivas e guerrilhas no campo. A mídia alimentava o “medo” de retorno da guerrilha, porém, a estratégia e ocupação dos trabalhadores rurais aos imóveis improdutivos assustava. O autor ainda afirma que esse discurso da “volta” da Guerrilha

²⁸ Informação retirada do texto base do MMC. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>
Acessado em 24 de janeiro de 2018.

²⁹ Mais uma vez, cabe ressaltar que Fraser (2015) evidencia a inserção subordinada da mulher no capitalismo, e Rossini (1993) reforça que o campo também é um espaço de contradições de gênero

do Araguaia serviu como justificativa para a ação violenta da polícia e dos trabalhadores rurais que lutavam pela terra.

Também nesse contexto, Maria Meire Pereira da Silva migrava de Conceição do Araguaia rumo à Marabá acompanhada de seu então esposo Joaquim Daniel Alves Barbosa. Deixara sua filha pequena nos braços de sua mãe, Maria Pereira, a primeira mulher sindicalista do Sul do Pará, para cumprir um único objetivo: contribuir para o avanço a luta pela terra de forma mais organizada a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra.

Minha mãe quando chegou em Conceição do Araguaia, ela logo se inseriu na Igreja católica, dentro da organização da igreja, dentro do movimento de base, desenvolveu um trabalho de base, um trabalho muito importante. Se tornou líder a partir da igreja católica, com trabalho mutirão...um trabalho sempre ligado a fé e a política. Naquela época, a igreja adotava uma filosofia progressista entre a fé e o social. Minha mãe teve um papel muito importante então. Dessa forma, toda nossa formação vem da Igreja Católica. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Petit, Pereira e Pessoa (2014) analisam dos conflitos agrários entre camponeses e fazendeiros no Sul e Sudeste do estado do Pará no contexto da ditadura militar-civil militar, nos primeiros anos da Nova República. Contudo, a problemática da luta em torno da posse da terra em Conceição do Araguaia, não deve ser conhecida em sua pelos conflitos e confrontos entre fazendeiros e camponeses, mas deve ser apreendida como espaço que envolveu uma multiplicidade de atores, sobretudo dos setores da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação.

Meire, Gonçalves e Ceiza possuem em sua trajetória uma ligação com a religião. Meire e Gonçalves são católicas, e sempre participaram de grupos de jovens, de catequese e dos debates políticos engendrados pela igreja. Ceiza é evangélica, mas, também ressalta a importância da religiosidade em sua vida desde a juventude.

“O clero católico, por sua vez, irá consolidar sua posição de apoio aos camponeses com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Formalmente, a criação da CPT foi feita a partir do encontro de Bispos da Amazônia para discutir questões relacionadas à terra e às migrações crescentes na região. (PETIT, PEREIRA E PESSOA, 2014, p.357)

Em vista disso, deve-se reconhecer a atuação da Comissão Pastoral da Terra no município, e na própria organização de mulheres. A CPT passou a atuar no apoio aos posseiros ameaçados de expulsão de suas terras e também na organização política dos

trabalhadores quando estes disputavam o controle do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRR) (PETIT, PEREIRA E PESSOA, 2014, p.357).

Filha de feminista, afirma que já “nasceu” feminista. Meire forneceu elementos que indicam como a formação religiosa de sua mãe, e o apoio da CPT influenciaram na construção da identidade de gênero em Conceição do Araguaia, estabelecendo assim um território de luta.

Minha mãe de fato tinha a raiz da luta, primeira sindicalista, que iniciou o trabalho aqui juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, na figura da Aninha que ainda está na CPT em Xinguara hoje. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Por conseguinte, e em consequência do trabalho de base entre a CPT e STTr, o movimento de mulheres passou a se organizar. O trabalho inicial foi voltado para que houvesse mais igualdade entre homens e mulheres.

Então, tinha muita discriminação de homem contra mulher, mulher não tinha nem direito a nada, mulher não participava do sindicato, não tinha direito a nada, não era filiada...então assim, uma mulher naquela época não tinha nem a profissão de trabalhadora rural, não era nem reconhecida, né? Era simplesmente a do lar, né? (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

A grande iniciativa de organização de um movimento de mulheres surgiu de Maria Pereira. As estratégias para a organização inicial das mulheres eram de trabalhar com formações para elas, sempre visando algo que agregasse à renda familiar e que as levassem para além da casa.

Elas puxaram isso com a noção de que tinha que ter algo que funcionasse como uma isca para poder chamar a atenção das mulheres, e permitir que o marido (sinal de aspas com os dedos) deixassem. Porque elas diziam que os homens são muito interesseiros, então, quando você vai pela questão financeira a possibilidade de participação era maior. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Conceição do Araguaia vivia a efervescência da questão agrária. A história de ocupação da Fazenda Canarana não se difere das outras no contexto de luta pela terra no Sul do Pará. Terence (2013) afirma que a fazenda Canarana pertencia a uma família de empresários paulistas, que no ano de 1984 a Agropecuária Santa Maria da Canarana Ltda., recebeu de crédito para a produção de etanol CR\$2.121.916.902, 00 (dois bilhões, cento e vinte e um milhões, novecentos e dezesseis mil e novecentos e dois cruzeiros).

Porém, no ano de 1987 graves impactos ambientais começaram a ocorrer até na área de produção permanente da fazenda. Percebendo essa situação, a CPT passou reunir

uma documentação que comprovasse que até o PA vizinho (Jocon) estava exposto aos danos causados pela produção desenfreada.

A primeira ocupação da fazenda ocorreu com o apoio da CPT e do sindicato no ano de 1987. Entretanto, não obteve sucesso. Em 1989, houve mais uma tentativa de ocupação, mas também sem o êxito esperado. Todavia, o processo de luta pela terra demanda tempo, paciência e resistência, e no ano de 1990 aconteceu a ocupação da terra pelo MST, mas, que entrou em conflito com a organização dos posseiros que já estavam na terra.

Conceição do Araguaia foi a “porta” pela qual o MST adentrou no Pará. E Meire juntamente com Joaquim Daniel carregam uma grande influência nesse ocorrido. Mas, como a estratégia de territorialização do MST foi de encontro à dos posseiros, eles assumiram a responsabilidade de ajudar a propagar a bandeira vermelha na região norte.

Em 1991, um acontecimento histórico marcou a vida de Meire, que tinha por objetivo um campo com menos exclusão. Ela deixava então Conceição do Araguaia rumo à Marabá. Visava auxiliar na organização do Movimento Sem-Terra, visto que em Conceição do Araguaia, a organização do MST entrou em conflito com a que os posseiros já tinham, contando sempre com a mediação da CPT e da Igreja.

Meire e Daniel foram alertados que corriam um risco ao migrarem para Marabá na tentativa de organizar as primeiras ocupações no Sudeste Paraense. O município de Marabá ao passo que era estratégico pela presença de grandes latifúndios, também ofertava “perigo” à segurança, também era dominada por uma elite agrária. E dessa forma, acabaram sendo presos.

Então, foi assim, a polícia começou a nos seguir por causa da nossa movimentação, era muita gente que nos acompanhava no movimento de base, e aí, eles conseguiram nos prender em casa né? Eles conseguiram nos pegar porque começaram a dar problema nos carros que iam levar as nossas coisas na madrugada de domingo, e aí, a gente acabou se encontrando em casa e vimos que a polícia já estava seguindo nós. E, desde domingo nós ficamos presos. Nós éramos sete militantes, e aí prenderam a gente em casa, durante mais ou menos vinte e quatro horas presos, e aí só no outro dia que eles conseguiram o documento necessário de busca de prisão a partir de uma juíza. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Pereira (2015) apresenta os efeitos dessa organização de Meire, Joaquim com os demais companheiros.³⁰ Essa tentativa de ocupação repercutiu na região, resultando em

³⁰ Além de Meire e Joaquim, os demais subversivos eram: Antônio Ramos de Machado, Joaquim Ribeiro dos Santos, Dimas Pereira de Melo, Joelma Maria Pereira. Juntos, buscavam territorializar o MST em Marabá.

uma força tarefa policial que envolveu a Polícia Militar (PM) e a Polícia Federal (PF). Porém, na mídia regional, o jornal “O liberal” afirmava que o Exército Brasileiro havia participado, e que com o grupo tinham sido apreendidos mapas e armamentos. Meire Contesta.

Os meus colegas sofreram demais, eles foram torturados, ameaçados...levaram eles em uma ponte lá em Marabá, meu ex-marido, em que eles suspeitavam que ele era o líder e ameaçaram...eles queriam descobrir onde estavam as armas, mas, a gente não tinha arma...nada, nada. Reviraram tudo, e não encontraram nada. Com a gente, foram muitas ameaças e tortura psicológica. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Sobre a Nova República, a luta dos trabalhadores voltou a se organizar em busca de respostas, principalmente sobre a reforma agrária e a quebra da hegemonia dos grandes latifundiários e de sua bancada ruralista. O governo Sarney³¹ veio com uma proposta “reformista” e com uma “demagogia populista”, que foi proposta no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), entretanto, como afirma Pereira (2015), na região Sul e Sudeste do Pará, as ocupações dos grandes latifúndios foram associadas às ações subversivas remanescentes da Guerrilha do Araguaia.

(...) Desse episódio, o que nos entristece é que a gente não conseguiu realizar a ocupação, mas se a gente tivesse deixado o povo na terra, eu era ainda mais contente, mas, infelizmente pegaram a gente antes, mas foi burrice deles também, porque eles prenderam, e foi uma prisão ilegal. Porque prenderam a gente, e nós não tinha nada...Então, esse processo não rolou, o juiz teve até vergonha que nunca mais nem chamou a gente para as audiências, porque nós não tinha nada a se contestar, porque nós não fizemos nada...foi uma burrice deles. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Após esse período de reclusão, tortura e repressão, Meire e Daniel retornaram à Conceição do Araguaia.

Nós não ficamos em Marabá porque a gente tinha a nossa terra em Conceição do Araguaia, e a gente só tinha o dever de contribuir, nós tinha essa missão, mas, nós também tinha muito claro que nós tinha a terra aqui, e aí, depois que a gente saiu da prisão, a gente conseguiu reorganizar outra ocupação, não nós ficando de frente, mas ficando de retaguarda, e vieram outras lideranças pra ficar na ocupação. Aí surgiram novas lideranças. Mas, algumas coisas eu não consigo mais me lembrar. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Sendo que, paralelamente à prisão do casal, Maria Pereira, mãe de Meire juntamente com Maria Ramos, e algumas outras mulheres criaram a secretaria de

³¹ O mandato presidencial de Sarney iniciou em 21 de abril de 1985 e perdurou até 15 de março de 1990

mulheres dentro do sindicato. Gonçalves é enfática ao ressaltar que o sindicato possui três filhos: o Movimento de Mulheres, a Cooperativa e a Casa Familiar Rural. Elas conseguiram através do sindicato realizar um trabalho no campo com as mulheres, e nem só com as mulheres porque, como ressaltado na fala de Gonçalves, “quando você beneficia a mulher, você beneficia a família”.

Quando retornam à Conceição do Araguaia, voltaram a ocupar a fazenda Canarana.

Quando retornamos, ocupamos a fazenda Canarana. Aí que entra a minha participação, da organização da ocupação, de ficar lá dentro com os posseiros, com os agricultores, enfrentando dificuldades, então é isso aqui em Conceição do Araguaia. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Desse momento em diante, Meire começa a exercer um papel importante com os movimentos sócio-territoriais³² que tem uma história marcada pela luta, sendo a frente que reivindica a transformação e a diminuição das disparidades dos “com muita terra” versus os “sem-terra” em Conceição do Araguaia.

Todavia, uma ocupação que une as trajetórias de Meire, Ceiza e Gonçalves para além do sindicato, é a da Fazenda Bradesco, como é popularmente conhecida pelos moradores mais antigos de Conceição do Araguaia. O assentamento Pe. Josino Tavares foi criado juridicamente pela Portaria INCRA/ N° 358 de 20 de maio 1994.

Era um grande latifúndio, onde tinha acontecido muito trabalho escravo na época, e aí então, nós do sindicato resolvemos com a experiência do movimento sem-terra que a gente já tinha tido, e que a gente percebeu que em Conceição do Araguaia não colava a organização do movimento sem-terra com a primeira experiência frustrada, a gente entrou no sindicato e fez diferente. A gente ocupou o Incra, né? A gente já tinha os dados na mão de que ali naquela área, na fazenda Bradesco já tinha tido trabalho escravo, e na constituição diz que se tiver tido trabalho escravo, se for improdutivo, será para bens de reforma agrária, né? Então, a gente tinha esses dados, e o próprio Incra já tinha esses dados de que a fazenda não tinha mais como continuar como fazenda. E assim, nós resolvemos ocupar o Incra, pra poder forçar a desapropriação da fazenda Bradesco, mas, não obtivemos sucesso. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

A ocupação que se deu nas terras pertencentes à fazenda Bradesco (denominação

³² De acordo com Fernandes (2001), os movimentos socioterritoriais são aqueles movimentos sociais que têm o território como um “trunfo”, e nessa situação, o território em disputa é a terra. Os movimentos camponeses se organizam em movimentos socioterritoriais, a fim de criar relações para que possam produzir seus próprios territórios, ou seja, os assentamentos.

Atribuída por seus moradores) é uma das maiores conquistas das quais as mulheres estiveram participando. A desapropriação ocorreu logo em 1997 para que as famílias cadastradas no sindicato pudessem ser regularizadas. A área da fazenda foi dividida em duas: O assentamento foi construído em 30,1 mil hectares e a outra parte foi considerada reserva que está sob tutela do IBAMA.

A partir disso, nós cadastramos as famílias, organizamos as famílias e fomos para a porta da fazenda, aí ocupamos a porta da fazenda e ali ficamos acampadas. Aí depois, que a gente conseguiu a desapropriação, ficava fácil a gente entrar para dentro da fazenda. É um dos maiores assentamentos, e foi assim uma luta muito difícil, aí foi muitos anos, mas em compensação, foi o assentamento que mais beneficiou (...)E nós, as mulheres tivemos uma participação muito grande. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

E, assim, Ceíça integra-se ao grupo de mulheres que só aumentava, entre elas, semelhanças são percebidas na trajetória de luta que de Josíno Tavares e muitos outros assentamentos e projetos de assentamento desenvolvidos. A principal estratégia de organização das mulheres foi a de instituir bases para o território das mulheres.

Porque assim, antes as reuniões eram dentro do sindicato, e aí, só depois tinha o espaço que era pra ter a secretaria da mulher, aí que estava o problema para eles, porque nós nos reuníamos separados para planejar as atividades, né? Isso aí teve muitos problemas, as dificuldades dentro da liderança foi muito grande, e não foi fácil, então, a discriminação foi abaixo de discriminação mesmo que conseguimos conquistar esse espaço...foi uma luta, não foi nada dado. (Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018).

Daí em diante, a organização das mulheres, através de uma rede de interação territorial, constituiu seu espaço de afinidades políticas fora do sindicato, se inseriu em debates da CPT regional, alcançou o debate nacional da Articulação Nacional das Mulheres do Brasil, e assim, ajudaram na fundação do MMC como movimento de expressão nacional a partir de um encontro que reuniu uma diversidade de mulheres ligadas as questões agrárias.

Diante disso, acredita-se que a realidade do município de Conceição do Araguaia permite identificar minimamente alguns sujeitos como os produtores da estrutura fundiária de Conceição do Araguaia, sendo eles: o Estado - que sempre esteve presente facilitando ou dificultando as formas de distribuição e/ou acesso à terra; o latifundiário - que é responsável pela desigual concentração de terra e alteração das relações de trabalho no campo, que acabaram por tornar a terra cativa; a Igreja, representada por instituições

como a CPT; os posseiros e “sem-terra” sempre criando resistência, e buscando o fim dos latifúndios, e não menos importante, as mulheres.

2.2. SOU MARIA DOS ROÇADOS, SOU MARIA MULHER

*Onde pisa uma mulher há sentimento,
Onde pisam duas mulheres, há determinação;
Onde pisam três mulheres, a organização nasce.
Mas quando mais mulheres se juntam
E pisam em terra firme,
Germina a esperança [...]
Sandor Sanches, 2007*

Maria Meire Pereira da Silva, Maria Gonçalves Alves Dias, Maria Conceição Lira Santos. São elas as mulheres que de maneira geral dão vida à pesquisa, e mesmo que o termo “representação” não seja o mais adequado quando falamos de processos de construção de identidade, elas são uma “amostra” das mulheres que compõem o MMC em Conceição do Araguaia.

Meire é referência ao se falar de articulação e liderança no Sul do Pará. Gonçalves participou do movimento de mulheres, e atualmente preside o STTR que foi motivo de tantos conflitos e espaço do machismo enraizado. Ceiza nos últimos dois (2015 e 2016) esteve na frente do movimento, e por essa razão, elas são as Marias que compartilharam momentos de suas trajetórias histórico geográficas. Acredita-se que tanto a memória individual como a coletiva é passível do delineamento de visões de mundo, levando à uma construção de histórias e trajetórias peculiares.

Maria Meire Pereira da Silva

Foto 1 - Meire na secretária da escola (Assentamento Curral de Pedra)



Fonte: *Láís Alves dos Santos, Conceição do Araguaia, 2018*

Acima, tem-se um tópico que discute a identidade de gênero. Se nasce mulher? Se vira mulher? Ou a liberdade é a própria substância quando falamos de gênero? (Beauvoir, 1980). Do ponto de vista teórico, parte-se do pressuposto da construção da identidade de gênero, considerando-o como um “confronto com a realidade vivida” e a capacidade de falar (Butler, 2003), todavia, deve-se considerar que Meire já nasceu de uma mulher feminista, foi criada pela primeira sindicalista do Sul do Pará.

Maria Meire Pereira da Silva é filha de Maria Pereira, que em meados dos anos 70 já colocava em prática o que as teóricas da chamada “primeira onda” estavam teorizando. Marcada por um sistema patriarcal e pelos efeitos de um machismo exacerbados, Maria Pereira partiu para o enfretamento.

Ela foi a primeira a se filiar ao sindicato, ainda pelego,³³ em Conceição do Araguaia, Maria Pereira rompeu o que acima foi conceituado como “contrato original” (Pateman, 1993). “Então assim, uma mulher naquela época não tinha nem a profissão de trabalhadora rural, não era nem reconhecida, né? Era simplesmente a do lar”.

³³ “Pelego era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. “Pelego” passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado “sindicalismo marrom”. A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões. ” Dicionário Informal. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/pelego/786/> Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

Meire se considera privilegiada por isso, e, pelos relatos das outras companheiras, é mesmo. Ela possui uma história marcada pela inserção política na luta pela terra. Filha de pais camponeses, migrou de Arapoema (antigo Goiás, agora estado do Tocantins) para Conceição do Araguaia no ano de 1979. Seus pais foram incentivados a buscar estudo para os nove filhos. E, por essa razão, tiveram que vender a terra que tinham. Entretanto, ao chegar em Conceição do Araguaia, não conseguiram permanecer na terra.

Então assim, quando a gente veio pra cidade, que a gente não conseguiu ir para roça, aí foi uma dificuldade. Meus pais nem conseguiram dar estudo para os filhos porque perderam a terra, não conseguia achar uma terra do jeito que meu pai gostava na época, aí acabou se perdendo, e gastou o pouco recurso que tinha. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Todavia, isso não significou uma perda de vínculo com a terra, visto que a família toda possuía uma ligação harmônica com as questões agrárias. Em sua casa, Meire teve o exemplo mais empoderador de todos: sua mãe. Maria Pereira foi uma mulher à frente de seu tempo, que no processo de Migração de Arapoema para Conceição do Araguaia (do campo para a cidade), viu-se encurralada e buscou meios de sustentar a família, dessa forma, começou a trabalhar como costureira. Mas, logo se inseriu na Igreja Católica.

Se tornou líder a partir da igreja católica, com trabalho, mutirão...um trabalho sempre ligado a fé e a política. Naquela época, a igreja adotava uma filosofia progressista entre a fé e o social. Minha mãe teve um papel muito importante então. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Maria Pereira ainda vai ser citada adiante, essa pequena introdução, foi para justificar essa frase de Meire: “Eu já nasci feminista”. Criada em um lar que pregava a igualdade de gênero, mas, acredita que o lugar em que as mulheres mais sofrem essa “violência” é o próprio lar, ressaltando ainda que “na agricultura, o trabalho ainda não é valorizado. A gente já tem avanços, mas, o nosso trabalho ainda não é valorizado como deveria”.

Em sua trajetória, Meire teve dois filhos. Daniela é fruto do primeiro casamento com Joaquim Daniel Alves Barbosa. Ele também sempre foi politicamente ativo no sindicato dos trabalhadores, na luta dos posseiros, e assim como Meire, ansiava pelo fim dos latifúndios buscando uma sociedade mais justa.

Como Joaquim Daniel carregava uma ideologia semelhante à de Meire, juntos só se inseriam ainda mais. Tiveram um papel fundamental na territorialização do

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Sul e Sudeste paraense e, para isso, tiveram que migraram para Marabá.

Nesse processo, Maria Pereira apoiou que a filha ajudasse a fortalecer o movimento, prontificando-se a ficar com a neta Daniela. O sentido era que a luta avançasse, e, o preço disso foram seis meses reclusos em Marabá .

Depois dessa experiência, toda a gratificação foi de ter contribuído e ter deixado rastro, né? Rastro de contribuição em todo esse processo que eu participei, que a minha mãe me conduziu a ir. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Após esse período em Marabá, Meire e Daniel retornaram ao município de Conceição do Araguaia, lugar onde já possuíam uma terra e vários laços solidificados. Ele se tornou presidente do sindicato e ela a secretária. A partir desse retorno, incita-se de forma mais incisiva a participação das mulheres no sindicato.

Segundo Maria Célia, falar do movimento de mulheres em Conceição do Araguaia e região, e não falar da Meire é cometer um “pecado”. Diante dessa afirmação, ressalta-se o protagonismo e o reconhecimento que ela assume a partir da secretaria de mulheres do sindicato (criada sob muita pressão). A secretaria de mulheres foi apenas o primeiro passo. Daí em diante os espaços só se ampliaram.

A partir do retorno à Conceição do Araguaia, muitas coisas aconteceram, dentre elas, a separação com Daniel e o casamento com Atarcisio. Desse casamento, o fruto foi Atarcisio Filho no ano de 1996. Por ter passado por alguns conflitos de ordem familiar, Meire acabou decidindo se afastar do movimento para se dedicar mais ao que no momento considerou como prioridade.

Eu saí do movimento por uma questão familiar mesmo. Eu tava integrando a comissão nacional do movimento, tava já me encaminhando para fazer relações internacionais, já tinha até passaporte, eu já ia fazer curso de linguas...Mas, foi quando começou a surgir esses problemas na minha vida pessoal outra vez, aí eu tomei uma decisão de que a minha vida pessoal era importante. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Ela chegou a ser convidada para representar o movimento nacional em Brasília, entretanto, por uma decisão conjunta com o marido, optou por não ir. Houveram alguns conflitos no movimento nacional relacionados à decisão de Meire. Já em Conceição do Araguaia, as mulheres tiveram uma maior compreensão da situação. Mas, a estratégia de Meire foi continuar em algum espaço que estivesse influência, que combatesse a desigualdade e mediasse os “conflitos e problemas”.

Maria Gonçalves Alves Dias

Foto 2- Gonçalves em um dia de trabalho no STTr



Fonte: Laís Alves dos Santos, *Conceição do Araguaia*, 2018

Gonçalves nasceu em 1965, em Paraíso do Norte (TO) e migrou para Conceição do Araguaia ainda criança (quando tinha apenas sete anos). Seus pais eram camponeses de “raiz”, o processo de migração foi motivado pela procura de qualidade de vida e por uma terra que fosse mais produtiva.

Seu ingresso na militância ocorreu através da inserção na Igreja Católica. Teve uma formação de base na Igreja. Lá, tocava a comunidade, organizava as demandas e era catequista. Gonçalves não teve uma trajetória em outros movimentos sociais como Meire, e também nunca participou diretamente de uma ocupação de terra, ou como chama, de um “grilo”.

Quando eu ingressei na luta sindical, que comecei, quando eu comecei a conhecer a luta sindical, já tinha passado a grande bandeira de luta pela terra no Sul do Pará, e aí, quando teve a última ocupação que teve, eu já era do movimento da igreja, do movimento de mulher nacional, mas, não era da direção do sindicato, só pelo grupo a secretaria da mulher, e a secretaria da mulher ao movimento nacional. (Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTr de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Na última ocupação que teve em Conceição do Araguaia, que foi a durante o período de acampamento da Bradesco, o papel de Gonçalves esteve diretamente

associado em um auxílio para que as pessoas que estivessem acampadas permanecessem na terra. Ela morava no assentamento Canarana³⁴.

Eu morava na Canarana nesse tempo, fazia muita farinha, colhia muita abóbora, coisa da roça, né? Fazia o polvilho, todo final de semana nós trazia dez sacos de farinha pra vender...vender não, dá para o povo aí na feira...de tudo, de batata, tudo os meninos meu nós trazia para a feira pra poder sobreviver e tirar o sustento de casa. Então, eu não fui na ocupação, eu ajudava. A Toyota passava lá em casa (ela tá bem aí, lá no ninhozinho dela, lá na garagem), ela passava lá em casa recolhendo alimentação. Quem não estava lá em casa, passava recolhendo alimentação...quem não tava, ajudava na alimentação, porque não produzia, não podia plantar, eles só estavam lá na esperança de ganhar terra. Então, eles passavam de mês em mês, lá em casa eles levavam arroz, eles levavam abóbora, farinha, polvilho, a puba...tudo que eu tinha. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Gonçalina se solidarizava com a luta dos posseiros, o seu marido era um pouco mais “bruto”. Entretanto, eles sempre se solidarizam com a luta. Atualmente, ela é assentada na Bradesco³⁵. Durante a entrevista no STTr de Conceição do Araguaia, um fato muito ressaltado foi a conquista do espaço em que podia falar de si, que foi um espaço conquistado, e não “dado de graça”

[...] nós conquistou espaço, e em todos os setores nós tinha palavra, nós tinha cadeira pra falar o que a gente sentia, o que a gente queria, quais eram os nossos sonhos, até aonde a gente queria ir...nós tinha, e ainda hoje a gente ainda tem. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Relata que antes de participar da inserção do sindicato, e do movimento de mulheres, ela era “violentada”, “negada”, e achava que essa situação era “normal”. Buscar a “libertação” foi então um processo.

Mesmo tendo um pouco de consciência, às vezes, parecia que a gente só tinha validade na cozinha, e para cuidar dos filhos. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Sua inserção política foi posterior à do marido. Por muito tempo, o marido era figura de representação política da família. Como por muito tempo não tinham efetivamente a terra, seu companheiro se associou ao sindicato dos trabalhadores rurais

³⁴ Durante o processo de ocupação da fazenda Canarana, houveram ocupações simultâneas, e por grupos diferentes, dentre eles, um conflito entre posseiros os posseiros e o sem-terra organizados pelo MST.

³⁵ As informações de como ela se mudou do Assentamento Canarana para o Assentamento Bradesco não foram informadas.

e participou de alguns acampamentos que não foram citados. A igreja realmente foi o seu primeiro espaço de participação, mas, ela fazia isso sempre paralelamente às necessidades da família.

Meire, Daniel e outras pessoas convidaram Gonçalina a se inserir como diretora do sindicato. Após consultar o marido, e passar por alguns conflitos em casa, ela aceitou o seu primeiro mandato como diretora do sindicato, e daí por diante, os seus desafios dentro da própria casa só aumentaram.

[...]o machismo vai começando a se revelar, começa um pouco de guerra dentro de casa, mas, você têm que ter um jogo de cintura, ser muito humilde, ser conhecedora e mostrar transparência, conversar, entendeu? Não deixar dúvida...sempre ser uma pessoa segura, entendeu? Aí você vai enfrentando, você vai conseguindo da maneira, ou do modo possível. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Entretanto, foi com enfrentamento que a realidade se transformou e Gonçalina está no cargo político que está.

[...] a luta do sindicato é muito árdua, muito pesada, ela exige muito da pessoa, muito da gente, e por eu ser mulher, eu tenho encontrado ainda muita discriminação por ser mulher, e por não ter marido, por eu ser viúva. O maior desafio que eu já encontrei foi por eu ser mulher na presidência, e não ter marido. Ainda tem um preconceito muito grande ainda. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Dentre tudo o que passou, o atual desafio de Gonçalina é conseguir manter um sindicato combativo, de luta, de história. Sendo o principal sonho conseguir que o movimento de mulheres volte a ser articulado como foi outrora. Entretanto, Gonçalina ressalta que o seu atual sonho.

Meu maior sonho é que nosso movimento tenha a mesma expressão que já teve um dia. Nossa luta foi muito linda. Porque ser mulher camponesa pra mim é orgulho grande, muito orgulho. Orgulho de ser camponesa. Não tenho vergonha de dizer que eu sou lavradora, de dizer que eu sou camponesa...pra mim, é a minha vida, é impossível me imaginar fora do campo (...). Eu como mulher eu me sinto feliz como mulher, eu não tenho esse negócio de “ah, eu queria ser homem”, não. Eu sou feliz por ser mulher, e trabalho muito hoje. Não tenho medo de enfrentar a vida. Hoje, vivo sozinha, tenho quatro filhos, todos eles criados, sou viúva há oito anos, mas, não tenho medo de ser mulher, não tenho vergonha, eu tenho é orgulho. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Maria Conceição de Oliveira Lira Santos

Foto 3 - Ceiça vestindo a camisa do último encontro nacional do MMC



Fonte: *Laís Alves dos Santos, Conceição do Araguaia, 2018*

Maria da Conceição, popularmente conhecida como Ceiça nasceu em meio a efervescência de conflitos fundiários do município de Conceição do Araguaia, mas é filha de pais migrantes. O pai nasceu em Pastos Bons (MA), e a Mãe em Carolina (MA). Meire é casada e têm dois filhos.

Ceiça (assim como Meire e Gonçalves) desde a infância desenvolveu hábitos religiosos, mas, na Igreja Evangélica. A igreja também representou para ela um primeiro espaço de inserção para além da casa. Mas, afirma que em nenhum momento se sentiu inferior por ser mulher.

Toda vida eu tive esse jeito que tenho hoje, talvez ele só se potencializou. (Entrevistada Ceiça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

A sua inserção na luta pela terra iniciou no acampamento da Bradesco. Antes de ir para a Bradesco, morava na Marreca do Araguaia³⁶ juntamente com seus pais, logo após ter retornado do garimpo de Serra Pelada. A CPT e o sindicato reivindicaram a área da Bradesco juntamente aos órgãos públicos, justificando ser uma área improdutiva e passível de reforma agrária.

³⁶ É um assentamento próximos à Conceição do Araguaia

Em 1996 começou o processo de pesquisa sobre a área e logo as famílias passaram a se cadastrar. Em 1997, Ceiça relata que fizeram vários acampamentos no INCRA de Conceição do Araguaia e no dia 19 de abril fizeram um ato público, e ocuparam a Fazenda Bradesco às 5:00h da manhã.

Ficamos lá, e tivemos várias etapas. Trouxemos até o ministro da Reforma Agrária na época, um tal de Raul Jungmann, e ficamos lá...E desse jeito, estamos aí há vinte anos, já estamos na maior idade, na verdade, a emancipação. (Entrevistada Ceiça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Dentre as diversas etapas do processo de transição de acampamento para assentamento, o tempo não se estendeu muito. Um mês após, já estavam cadastrados pelo INCRA. Ceiça relembra que adotou uma criança e que quando de fato foi “para dentro” da terra, o filho tinha aproximadamente um ano de idade.

A Bradesco é toda geograficamente grande, até as reservas são grandes. Ela é metade assentada, e metade reserva obrigatória e não obrigatória. (Entrevistada Ceiça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Na verdade, ela afirma que já na Marreca do Araguaia acompanhava a mãe. Entretanto, isso se intensificou na Bradesco. Então, no dia 6 de junho de 1997, as mulheres que já estavam participando ativamente do movimento de mulheres e a CPT tiraram um dia para fazer formação com elas.

Desse dia em diante, o movimento de mulheres virou também a minha vida. (Entrevistada Ceiça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Ceiça acredita que o espaço de afinidade políticas era também um espaço de solidariedade entre elas, um lugar onde além de apresentar demandas, era um espaço de compreensão, mesmo com todos os conflitos, o movimento era uma união de “duas coisas bem dispersas aparentemente, mas, que na realidade, são juntas”, se referindo à importância de um movimento de classe e gênero.

2.3. GEOMETRIA DO PODER DO MOVIMENTO DAS MULHERES

[...] só uma secretaria era pequena para gente. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Como apontado acima, a construção da identidade de gênero perpassa por um processo que nunca está concluso. Meire, Gonçalina e Ceiça se reconheceram

ideologicamente como mulheres feministas. Entretanto, a partir de seus relatos, esse posicionamento ideológico representa um enfrentamento em relação à realidade nas quais estavam inseridas.

Todas afirmaram que a necessidade do reconhecimento da identidade de gênero surgiu ainda no movimento sindical. Ainda nem eram Meire, Gonçalina e Ceixa. A solidificação de um território das mulheres foi um processo de muita luta, cheio de conflitos internos e pautados na superação das desigualdades.

A partir da trajetória de Meire, Gonçalina e Ceixa, têm-se o entendimento que a rede de interação territorial por onde elas percorreram durante esse processo só foi possível porque espaço de afinidade políticas possibilitou o estabelecimento de uma base territorial pautado no movimento de mulheres em Conceição, que foi desde a secretaria do sindicato, ao MMC e, que a partir da identidade de gênero, não se restringiu apenas ao movimento social mas, que chega na igreja, na escola, na casa, e na continuidade política de gênero que se perpetua a partir das mulheres do movimento.

Quando se fala de uma base territorial das mulheres, espera-se que fique claro que existiu por trás do MMC, enquanto movimento nacional, uma rede de articulação territorial que possibilitou que o movimento originado na secretária de mulheres em Conceição do Araguaia ampliasse sua escala de atuação.

A rede de interações territorial se constitui a partir das experiências políticas espacializadas. A identidade territorial é marcada por uma carga simbólica “ativada” pelos interesses dessas mulheres que se diferenciam pela singularidade de cada trajetória que se articula e se encontra em um espaço de afinidade política.

Histórias vividas e sofridas, que encontram na linha do tempo o marco de construção de identidade política. Não tinham uma relação de espaço-tempo comum, foi a violência (simbólica e física) da questão agrária fez com que de uma secretaria de mulheres no fundo do sindicato, mulheres constituíssem uma geometria do poder em forma de movimento.

Para tal, apropriamos-nos do conceito de geometrias do poder de Massey (2000, 2007). Ela considera que dois temas estão relacionados quando se pensa uma geometria de poder, a primeira está relacionada as relações de poder, e a segunda ao espaço-tempo conectados. Dessa forma,

[...]a geometria do poder da compressão tempo-espaço, pois diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de

quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras. Algumas são efetivamente aprisionadas por ela. (MASSEY, 2000, p. 179)

Esse é o conceito estabelecido por Massey. Perante a fala das mulheres, percebe-se que existe intrínseco ao movimento de mulheres, a construção de uma geometria do poder. Mas, como obtivemos essas informações? A partir do relato das mulheres (ver capítulo 3).

Foi do Sindicato, com o auxílio da CPT municipal, a partir de uma agente feminina, que o movimento iniciou. Maria Ramos e Aninha buscaram articular as mulheres. Como? Conquistando espaço dentro do sindicato combatendo o machismo que estava enraizado. Dessa forma, Aninha buscou estratégias e formações com a CPT regional para que tivesse subsídios ou algo para “oferecer” às mulheres sem que os maridos reclamassem.

Aos poucos foram articulando uma maior quantidade de mulheres, e, conseguiram um espaço dentro do sindicato. Nesse período, Meire retornou de Marabá, e também passa a encabeçar a luta pela terra pela perspectiva de gênero. Ela participou de um congresso em Luiziana Goiás, e se juntou a ANMTR, onde estavam presentes organizações de mulheres de todo o país, e de todos os movimentos: mulheres do MST, mulheres do MAB, mulheres da CPT, etc.

Elas eram a multiplicidade de mulheres dos movimentos que tinham uma articulação. Daí então foi se constituindo essa articulação com as mulheres desse movimento, e a Meire ficou como responsável pelo estado do Pará.

A partir disso, foi construída uma coisa com muita maturidade nessa questão de que tivesse um movimento autônomo de mulheres, para que a gente pudesse avançar também na questão de gênero, aí fomos construindo com muita maturidade desde essa a organização que eu comecei a participar nos anos de oitenta e nove, né? Até dois mil e quatro, foi o período em que a gente construindo isso. Foi uma construção muito madura das bases, da importância de ter, de ir construindo tudo, a cor da bandeira, como seria a bandeira, o símbolo da bandeira, o nome do movimento, a questão da coordenação nacional, aí nós de Conceição do Araguaia ficamos responsáveis pelo estado do Pará... nós éramos muitas lideranças daqui. Na época era a Maria Ramos, a Gonçalina, a Leinete, a Cleidinha, a Domingas, a Ceixa...são tantas mulheres que eu não consigo nem lembrar agora, mas, tinha um grupo ativo muito grande na época de fundação do movimento, nós éramos a linha de frente do movimento aqui. Aqui no assentamento Curral de Pedra teve uma

organização muito grande também...era a Dinha, a dona Alice...todos os assentamentos tinham mulheres ativas. E a gente foi para o congresso, onde a gente ajudou a aprovar toda a construção do movimento, isso em dois mil e quatro. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

E, dessa forma, o movimento de mulheres deixou a secretária, e se expandiu até o Movimento de Mulheres Camponesas que possui uma atuação em todo o país.

Figura 1-Representação da Missão do MMC

Movimento de Mulheres Camponesas

**Organizar a base,
produzir alimentos
saudáveis, construir
caminhos de libertação**

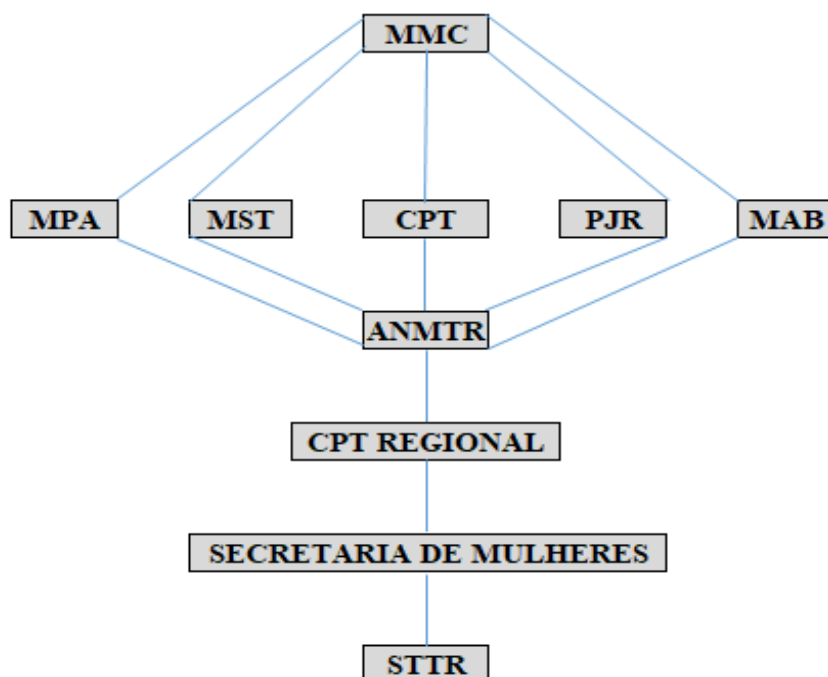


Fonte: *Cartilha Nacional do MMC, Brasília, 2007.*

O MMC possui um processo coletivo de estudo e prática para que as mulheres se organizem. Elas vêm realizando isso através de seminários, encontros e atividades relacionadas ao “trabalho de base” no MMC. Esse trabalho é importante no nível de grupo para ajudar no entendimento do conteúdo e também buscar formas criativas de estudar com as famílias, visando principalmente fortalecer o movimento.

Todavia, em Conceição do Araguaia também existia um trabalho de base coordenado a partir das possibilidades que as mulheres rebeladas tinham. Abaixo, um esquema que sintetiza uma “geometria do poder” (organizada a partir da fala de Meire, Gonçalina e Ceíça) que representa a construção da identidade territorial de gênero.

Figura 2- Representação de uma geometria do poder do Movimento de Mulheres Camponesas a partir de Conceição do Araguaia - PA



Fonte: Massey (2000,2007); Organização: Laís Alves dos Santos

Cabe ressaltar que esse modelo de “geometria do poder” não aponta para um processo hierárquico, mas sim, para a representação de como a base territorial de Conceição do Araguaia se articula em rede até o ativismo do MMC. Essa figura é o reconhecimento de quão expansivo se tornou o protagonismo das mulheres do sul do Pará.

CAPÍTULO 3. ENTRE A BASE TERRITORIAL DAS MULHERES À DES-TERRITORIALIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, essa vontade foi por muito tempo inexistente. (Michele Perrot, 1998)

No território essas mulheres enfrentaram inúmeras tensões, dentre elas, as tensões políticas. Dessa forma, neste terceiro capítulo buscaremos sustentar que essas experiências garantem a seguridade da identidade de gênero na base territorial de Conceição do Araguaia, mas, não do MMC enquanto movimento social. Toda e qualquer organização social é passível de desmobilização, mas, a partir de um debate em diferentes escalas, a des-territorialização pode representar a desvinculação tanto material, quanto simbólica no espaço. Considera-se que sendo o espaço passível de possibilidades, nenhuma des-territorialização é absoluta.

3.1 TERRITÓRIO DAS MULHERES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO AO MMC

Entendemos o território das mulheres partir do conceito estabelecido por Haesbaert (1997), que considera ações e estruturas simbólicas em diferentes graus, pela construção de identidades e resistência. Ao passo em que o processo de des-territorialização (política) está imbricada na dinâmica multiterritorial do MMC, que ultrapassa a rede de interação territorial articulada apenas no Sul do Pará.

A construção do espaço de afinidades políticas das mulheres camponesas em Conceição do Araguaia representa um espaço territorializado, tornando-se então um artifício de poder para as demandas femininas. Considera-se que o poder só pode ser exercido a partir de um território, ou seja, o território das mulheres e em conexão com a rede de interação territorial em que estão inseridas.

A Meire, por exemplo, transitava entre diferentes espaços existia uma facilidade de articulação muito grande. Tanto no sindicato, como com a própria CPT, e diferentes outros grupos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais... então assim, muitas vezes, na verdade, eram as mulheres que davam a linha no sindicato dos trabalhadores rurais, mesmo que (né?) Publicamente aparecia lá a figura do homem, mas assim, acabava que aquilo que Meire colocava (e não só a Meire, Gonçalina e Maria Ramos) tinha um

peso muito forte. E elas estavam em tudo assim - (Entrevistada Maria Célia, Ex-articuladora territorial, 38 anos, 14 jan. 2017)

Quais as razões que levaram as mulheres a territorializarem o espaço? Bem, como já ressaltado acima, essas mulheres sempre estiveram associadas há uma rede de interação territorial e articulações de grupos camponeses no Sul do Pará, entretanto, o machismo era algo inerente a esses substratos espaciais. O território das mulheres, além de político em sua essência (ver capítulo 2), simboliza a representação do movimento feminista a partir da construção e afirmação da identidade de gênero.

Elas reclamavam muito também do machismo dentro do sindicato dos trabalhadores rurais. Mesmo elas reconhecendo que o Movimento de Mulheres tinha surgido dentro do Sindicato, elas também reconheciam essa questão do machismo (...). Teve o contexto político, a inserção territorial delas muito forte (...) eu não sei se dentro do Sindicato eles chegaram a criar uma pasta das mulheres, mas, tinha alguma especificidade dentro do sindicato que dava ênfase para as mulheres. E, a partir disso, elas foram percebendo que elas precisavam para ter um espaço próprio que não fosse só o sindicato... então, por si só, foi a partir do sindicato...isso foi dando corpo para que elas criassem a própria associação de mulheres (Entrevistada Maria Célia, Ex-articuladora territorial, 38 anos, 14 jan. 2017)

Para falar de como o MMC se organizou e se integrou a base territorial a partir da organização política das mulheres em Conceição do Araguaia, cada uma das três militantes possui a sua perspectiva.

Tudo começou a partir da secretaria das mulheres do sindicato, e aí, passei a participar de uma articulação nacional intitulada ANMTR, tudo isso nos anos noventa. Era uma organização que já existia e nós fomos convidados em Conceição do Araguaia porque a gente tem um trabalho já interessante a partir do sindicato, em Conceição do Araguaia. Essa articulação nos convidou a participar, e eu fui participar desse congresso e, partir daí, eu já fiquei na coordenação nacional representando o estado do Pará. Depois disso, fizemos um trabalho super interessante do qual conseguimos avançar no trabalho na organização das mulheres aqui, a ponto da gente participar da construção do MMC, que é o Movimento de Mulheres Camponesas, nós participamos na construção de tudo, do nome, no símbolo, nas bases, na coordenação do congresso...tudo nós tivemos a participação. E quantas lutas nós fizemos aqui na região, no estado do Pará, em Conceição do Araguaia, a partir dessa minha participação, dessa dedicação, a partir da minha mãe e de todas as companheiras que incentivaram, quantas lutas nós fizemos no sentido de buscar a igualdade de gênero, então nesse sentido né? De gênero, de uma agricultura camponesa, de uma relação mais harmônica com a natureza, então é meio nesse sentido (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Meire foi a primeira pessoa a ter contato com as articulações de mulheres de todas as regiões do país, ela foi a “porta-voz” das companheiras. Mas, Gonçalina também têm a sua versão sobre como o MMC começou a atuar em Conceição do Araguaia.

O movimento nacional de Mulheres começou primeiro no Rio Grande do Sul, então lá no Rio Grande do Sul, as mulheres se organizaram formalmente, e de lá, pra vir parar aqui, foi a partir da secretaria de mulheres do sindicato. Assim que eu cheguei no Sindicato, já existia a secretaria de mulher no sindicato. Nessa secretaria foi entrando mulher, foi entrando mulher, e em cada gestão entrava uma, entrava duas, entrava três, e hoje nós temos a maioria de mulher na direção. E através da Meire, porque toda vida ela foi uma mulher muito esperta, muito andadeira, e tem muitos conhecimentos através dela, tivemos conhecimento do movimento de mulher, e aí passamos a participar enquanto secretaria de mulheres do sindicato no movimento mais geral lá em Brasília. E aí através disso, foi criando aquele leque, e ela foi trazendo as informações, e trouxe o Movimento de Mulheres Nacional pra cá. Aí ingressou esses grupos para poder ampliar, aí quando chegou de lá, já chamou a coordenadora dos grupos que a gente já tinha aqui, muitos anos atrás, noventa, noventa e pouco, início dos anos dois mil... foi assim que veio o movimento nacional para Conceição. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

A fala de Gonçalina reflete tanto sua inserção no grupo de mulheres ainda vinculado ao sindicato, quanto como o movimento nacional foi “parar” em Conceição do Araguaia, visto que em outras regiões como o Sul do País, os movimentos já estavam mais solidificados, tanto que até influenciou na sigla da ANMTR.

Ceiça, foi a última das três a “entrar” no movimento, estabelecendo-se também como a última liderança antes do processo de des-territorialização total que começou a se intensificar a partir de 2016.

Quando foi para a Bradesco, ainda era a secretária do sindicato, e a CPT levou o movimento das mulheres para lá como a gente tinha nos outros assentamentos. Daí, quando a gente dividiu, a gente dividiu em grupos, cada localidade tinha, porque a Bradesco são onze localidades dentro do assentamento... aí ficou eu e a Domingas. E aí, dentro disso, foi quando a gente foi convidada a participar da ANMTR, pequeninho, aí ela foi participar desse evento, e a gente entrou no movimento Nacional, que era um movimento de articulações que tinha todos os movimentos juntos. Passamos um bom tempo, participamos de alguns eventos nacionais, em Brasília. (Entrevistada Ceiça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Para Ceiça, a inserção no movimento de mulheres e a consolidação do MMC representou muito. A bandeira da igualdade é o que a motiva, apesar de ser uma das militantes mais “novas”, ela associa o que conseguiu conquistar no movimento como um projeto de vida, seja na conquista da terra seja nas relações pessoais, que, segundo ela, refletiu no relacionamento com o marido que é advindo de uma criação machista, e, principalmente, na criação de seu filho, do qual ela se orgulha em dizer que possui uma identidade militante.

Toda vida eu fui assim, mas, o movimento veio para me estabilizar mais ainda. Meu esposo dizia assim “meu Deus, a minha mulher já é feminista, aí vem um movimento de mulher, é pra danar com tudo mesmo”. (Entrevistada Ceiça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

A partir da articulação da secretaria de mulheres que culminou na rede de interação territorial de participação das mulheres de Conceição do Araguaia, as demandas das mulheres passaram a ser outras.

A gente seguia a linha do movimento nacional, né? Por exemplo, a luta pela questão da previdência, uma luta forte em cima disso, de que as mulheres pudessem ser valorizadas, ter o salário maternidade, pela idade...E, principalmente, o projeto de uma agricultura camponesa, da preservação da natureza, da preservação das sementes crioulas nativas, relações de direitos iguais, então, esse era o nosso foco aqui em Conceição do Araguaia. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Com a ampliação da escala, passou importar para elas o que acontecia em um espaço mais amplo do que outrora foi o espaço de afinidades políticas, com as demandas e estratégias de organização política. As “iscas” utilizadas por Maria Pereira e Aninha visando uma organização inicial dos grupos de mulheres. Enquanto as articulações aconteciam apenas na base territorial de mulheres em Conceição do Araguaia, os conflitos estavam relacionados as características do espaço político.

Os conflitos eram advindos do enfretamento no sindicato e principalmente voltados as demandas mais locais, em que as estratégias de solução eram ocupações em tais espaços (como por exemplo no INCRA, prefeitura e secretarias) tudo era mediado apenas por elas.

A partir da vinculação ao MMC, os conflitos passaram por uma esfera de modificações que levou a uma desarticulação da base territorial de mulheres, e a des-territorialização política do MMC.

3.2. A DES-TERRITORIALIZAÇÃO POLÍTICA DO MMC EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

De fato, essa história me apaixonou muito. Com o MMC não aconteceu o mesmo com o MST, que tá aí firme e forte [...] de fato, teve uma época em que o movimento ficou tão forte, mais tão forte, que eu não sei explicar...Eu dediquei a minha vida (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Eu carreguei de 2011 até 2015 o movimento nas costas, carregando mesmo. Eu e a Célia, e até hoje está eu e a Célia, lutamos pelo MMC. (Entrevistada Ceiza, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Em geral, a des-territorialização ressalta o enfraquecimento da dimensão espacial das interações em sociedade. Entretanto, nesse trabalho, mais que uma des-territorialização, consideramos um processo de des-territorialização política do Movimento de Mulheres Camponesas, mas não da identidade de gênero que marcou o território. Como assim?

A des-territorialização política do MMC em Conceição do Araguaia está estritamente relacionada a desmobilização a partir de um debate multi-escalar, como representado na “geometria do poder”. Porém, o peso das conquistas do movimento de mulheres no município ainda é muito presente.

Quando falamos na efetivação de uma base territorial das mulheres, estamos também considerando o recorte temporal de resistência na luta pela terra de meados de 1980 aos anos 2000. É necessária essa ênfase, pois ela reconhece trajetórias que individualmente não foram apresentadas com o mesmo detalhamento que a de Meire, Gonçalina e Ceiza, militantes do MMC.

Entendemos que a inserção dessas mulheres no MMC endossou debates mais específicos, e até mesmo mais técnicos, tornando-se um suporte para pensar a política de gênero de maneira mais ampliada. A desmobilização do movimento foi ocorrendo por uma série de fatores, que vão desde conflitos políticos internos ao próprio território das mulheres, até ao “descrédito” político as novas lideranças.

Sem datas muito bem definidas, sabe-se que um primeiro fator de impacto para o MMC em Conceição do Araguaia foi a saída de Meire da liderança. A entrevista com a Ceiza é muito reveladora nesse sentido, pois ela indica como tudo ocorreu.

Quando a Meire saiu, nós sentimos muito a ausência dela, porque ela era que estava na frente, ela que puxava as discussões, apesar de ela ser uma pessoa muito hiperativa, ela é muito boa no que faz. Nas discussões, nos discursos. A Meire foi formada dentro dos movimentos. Ela tem uma grande compreensão da situação fundiária da região. (Entrevistada Ceixa, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Pela representação de peso político que Meire carrega, sua saída afetou tanto as mulheres de Conceição do Araguaia, como o MMC em geral.

[...] o movimento não concordou, por achar que todas nós mulheres estarmos vulneráveis, e que isso pode acontecer com qualquer um de nós, de termos um companheiro e não termos (...) a Aninha da CPT nunca concordou, porque de fato, para CPT era tudo muito bom... Pra todo mundo era bom, mas eu devia pensar um pouco mais na minha vida pessoal. Eu retornei, abandonei a coordenação, abandonei a linha de frente, e a Ceixa, a Domingas ficaram...Então assim, a Domingas administrava a associação, e o recurso do território...Nós tínhamos duas, a estadual e a do município. Então assim, a Domingas era de rocha...foram elas que tocaram. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Os conflitos então se atenuaram. E, todas as três confirmam. Para Gonçalina, os conflitos internos de “bastidores” vieram a contribuir em parte na desmobilização do MMC. Meire, Ceixa e Gonçalina afirmaram que a origem dos conflitos eram sempre por:

[...]um tipo de ciúme bobo, uma picuinha, entendeu? Bobagens...coisas pequenas. (Entrevistada Gonçalina, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

[...]picuinhas, coisas pequenas. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

[...]acho que em toda e qualquer instância que tem conflito. Nós tínhamos muitos conflitos no sindicato antes de comprarmos o nosso espaço de discussão. Mas, nossos conflitos não eram conflitos de nos matarmos, eram conflitos de ciúmes de ambas as coisas. Mas, toda vida nós tivemos as discussões juntos, e nós todos somos filhos do sindicato (Entrevistada Ceixa, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Segundo Gonçalina, o ano de 2016 foi decisivo para o movimento, pois a desarticulação se atenuou, e elas decidiram “tirar” o movimento de todos os setores de representação.

[...] nós tinha duas companheiras que saía para formação, que aqui acolá saia pra representar o movimento de mulheres, só que não tava... porque o nosso sentido é sair de lá, e voltar para base, é um

trabalho de formação. E, elas não estavam conseguindo mais, justamente pelos grupos estarem desativados...e, por enquanto, a gente decidiu se afastar de todos os setores de representação em que o MMC representava lá. A gente deu uma recuada. (Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Gonçalves foi bem vigorosa ao afirmar que as colegas não estavam “conseguindo” tocar as atividades do movimento no território. Meire também comenta que as companheiras não estavam conseguindo mediar os conflitos do movimento.

Com essa questão, o que que eu percebo hoje, eu conseguia com facilidade mediar os conflitos...não deixar o negócio, né? Eu sempre deixava claro que o nosso objetivo era a luta de classe, e a luta de gênero, não as picuinhas. Aí, acho que os conflitos foram se tornando maiores, e perdendo a proporção. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

Entretanto, Ceiza também é enfática ao se posicionar sobre a sua atuação na liderança do movimento.

Eu e a Célia estávamos à disposição desde que a gente tivesse suporte, que as outras companheiras ajudassem, mas, isso não aconteceu. (Entrevistada Ceiza, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

O que ocorre, segundo ela, é uma desmobilização e, a partir disso, a organização do MMC se torna ainda mais complicada na base de Conceição do Araguaia, visto que mesmo contando com o apoio de Célia,³⁷ as demais companheiras estavam deixando de participar dos debates do movimento.

[...] a gente olha assim e vê a coisa paralisada, as coisas defasadas, só tá a sigla...dá dó. (Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

Existe entre elas um tensionamento, em que tentam não colocar a “culpa” da desmobilização em alguém, talvez, para que não haja um desentendimento, pois elas “sonham” com a rearticulação do movimento. Mas, também não deixam de colocar um ponto de vista que direcionam a culpa à atual gestão do movimento.

Para Ceiza, o movimento estava “capenga”, e por essa razão, decidiram em conjunto retirar o MMC de todas as instâncias de representação no município.

³⁷ Célia não é a mesma mulher que foi ex-articuladora territorial do Sul do Pará/Alto Xingu. Ela também é acampada no assentamento Cural de Pedra assim como Meire, porém, por motivos de saúde, ela está aproximadamente seis meses fazendo um acompanhamento médio em Goiânia-Go. (Informação Verbal obtida com a entrevistada Ceiza, em 19 de jan. 2018)

Hoje nós só decidimos sair, da última coisa que o movimento estava, que era no conselho de saúde, mas, até hoje o povo reclama. A gente saiu de muita coisa. Deixamos até os encontros... não continuamos indo porque a gente acabou decidindo que não adianta participar dos encontros nacionais, porque nós só estamos gastando dinheiro de alguém que pode ir, apesar das meninas dizerem que a nossa discussão é muito boa. (Entrevistada Ceíça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

A decisão de “desativar” o movimento foi conjunta, pois apenas Ceíça e Célia estavam atuando. Nesse contexto, deu-se a des-territorialização do MMC.

3.3. MOVIMENTO DE CLASSE E GÊNERO, FEMINISMO E DES-TERRITORIALIZAÇÃO

Era um espaço de tudo, inclusive de política no geral e foi uma das coisas que nos matou. A política nos matou. (Entrevistada Ceíça, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

A ideologia de um movimento feminista a partir de uma rede de interações territoriais une pelas afinidades políticas esse movimento, mas, os posicionamentos políticos opostos podem tencionar conflitos. Consideramos ao longo deste TCC o processo de construção de identidade para sugerir que o motivo pelo qual as mulheres de Conceição do Araguaia se organizaram na base, articulou-se por uma rede de interações territorial, e se agrupou à vários movimentos regionais e consolidaram o MMC. Como pensa Haraway (2000), existe a necessidade de pensar o cyberfeminismo³⁸ em uma era que as lutas sociais são diferentes, mesmo que se articulem por uma geometria do poder, como foi ressaltado.

Existem então as interconexões entre grupos, ao propor um posicionamento que não trata o local em oposição ao global, mas como uma co-construção de posicionamentos em campos de relações de poder, sendo o ponto de partida para a imaginação de um espaço que já está dividido. “A globalização/espacialização da estória da modernidade forneceu uma interpretação, e, portanto, desafiou tanto um sistema de normas quanto um

³⁸ Haraway (2000) argumenta que a existência de uma teoria feminista universal e totalizante é um grande equívoco, deixando de apreender a maior parte da realidade. O mito do ciborgue representa um circuito de conexões proporcionando a imagem de uma criatura que, beirando a monstruosidade, faz-se pela junção de materiais não homogêneos. Uma criatura que é a junção de corpo e máquina e, por essa razão, carrega em si o potencial de transgredir fronteiras, uma vez que é ela mesma também uma transgressão. O cyberfeminismo é o reconhecimento das diferenças políticas entre o movimento feminista.

sistema de conhecimento e representação” (MASSEY, 2007, p. 145). Entende-se a necessidade de corpos distintos coexistindo por mais igualdade.

Todavia, quando os conflitos ocasionados na da base territorial não são mediados para atenuação das divergências políticas, eles podem afetar toda a rede de relações dessas mulheres que se institucionalizam como um movimento de classe e gênero no âmbito nacional. Como coloca Meire:

Eu sempre deixava claro que o nosso objetivo era a luta de classe, e a luta de gênero, não as picuinhas. (Entrevistada Meire, Ex-liderança do MMC, 52 anos, 18 jan. 2018)

“Picuinhas”, “fofocas” ou “coisas pequenas”, independente da forma como o conflito foi colocado por essas três mulheres, acredita-se que a des-territorialização do movimento de mulheres camponesas não foi motivado somente pela saída de Meire da liderança do movimento, e nem tão somente pelo fato das novas lideranças (Ceíça e Célia) não conseguirem atenuar as divergências entre as militantes.

Existe uma tensão que não abordada durante as entrevistas, mas, é importante ressaltar como esse acontecimento chega à rede de interação territorial do MMC em Conceição do Araguaia. Em 8 de março de 2006, duas mil mulheres ocuparam um viveiro de mudas da empresa Aracruz Celulose S. A. (Arcel), no Rio Grande do Sul³⁹. Segundo as lideranças do movimento. A intenção do ato era voltar olhares aos desastres socioambientais produzidos pelas monoculturas, em especial aquelas para fins de produção de celulose.

Essa manifestação surtiu vários efeitos. Barcelos (2013) aponta como a mídia brasileira reagiu à ocupação do viveiro, nominando a ação de “vandalismo, selvageria, barbárie, agressão à ciência, destruição de pesquisas, ato animalesco, ação criminosa, violência contra o progresso etc., etc., etc. E exigiam punição imediata e exemplar [das ativistas]”. Foram, ainda, acusadas de ser contra o desenvolvimento econômico, “antiprogresso, inimigos da ciência”.

“As mulheres da Via Campesina responderam às acusações, afirmando que a monocultura de eucalipto de larga escala se traduz em aridez e morte: diversidade e fertilidade = expressão de vida; monocultura e desertificação = expressão de morte.” (BARCELOS, 2013, p.215)

³⁹ BARCELLOS, G. H. Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. *Revista Katálysis*, v. 16, n. 2, 2013.

A ação foi liderada pelo Movimento das Mulheres Camponesas e procurou para além do ato de condenação ao que chama de "latifúndio verde", lembrar o dia Internacional da Mulher um dia de luta, de bandeira e suor. Esses atos aconteceram em outros sete Estados -AL, MA, MT, PA, PE, RO e SE.⁴⁰ No Estado do Pará, as manifestações ocorreram no município de Conceição do Araguaia.

Os caminhos para a criminalização dos movimentos sociais associam-se com outras estratégias adquiridas pelas classes dominantes como, por exemplo, a cooptação e a violência, com vistas a bloquear as lutas sociais por direitos. E no episódio em questão, a empresa Aracruz Celulose S. A. (Arcel) recorreu aos meios judiciais alegando perdas, o que gerou uma série de processos às mulheres que eram líderes dos movimentos de mulheres. E, como isso afeta a base territorial de Conceição do Araguaia?

De fato, não tivemos nenhum relato de Meire, Ceiza ou Gonçalina sobre esse ocorrido (ambas possuem diferentes tipos de liderança), mas esse criminalização das lideranças pode ter influenciado diretamente na rede de interações territoriais do MMC. Manter um movimento social ativo na sua base requer que todos estejam interagindo e participando, concordando ou não.

Todas as ações, discursos, manifestações e movimentos pressupõe uma territorialização que reflete jogos de interesses particulares. Diversas são as dificuldades encontradas nas dinâmicas dentro do MMC em Conceição do Araguaia, principalmente relacionadas à ausência e participação.

As estratégias de organização social na região caracterizaram a Amazônia como um espaço que reflete interesses que se posicionam em diferentes escalas. Do sem-terra ao posseiro (PEREIRA, 2013) é um exemplo da busca por algo semelhante (a terra), mas que se diferencia por diferentes identidades políticas: o sem-terra e o posseiro. Nesse caso, falamos de um movimento de mulheres. Da existência de um MMC de abrangência nacional e de um MMC com uma base em Conceição do Araguaia.

Existe o feminismo de todas, mas que não é para todas, uma vez que em algumas abordagens desconsidera-se a existência de mulheres que passam por um processo de violência física e simbólica, seja sobre os corpos, ou sobre os seus territórios. Aqui, os corpos importam (BUTLER, 2015) e por essa razão, deve-se ressaltar geograficamente que existem conflitos em que as mulheres lideram, participam e se organizam a partir da (re) existência, percebendo seus desafios e lutas.

⁴⁰ . Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0903200614.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

Todavia, não significa dizer entre essas mulheres existe uma constante harmonia. A mulher ciborgue de Haraway (2000) pode ser interpretada enquanto metáfora, mito político e, até mesmo, uma utopia de uma concepção feminista que seja motivada pelas diferenças e afinidades, uma crítica ao próprio movimento feminista. Entretanto, é necessário e importante reconhecer essas diferenças e afinidades políticas por um processo de multiplicidade através de uma imaginação geográfica (MASSEY, 2004) e como componente da diversidade territorial da região (HAESBAERT, 2009a) do Sul do Pará.

Donna Hawary, Judith Butler, Nancy Fraser, Doreen Massey, Marlise Matos e Rogério Haesbaert representam o aporte teórico (pós-estruturalista para alguns), para pensar a mulher como construção individual e performativa em seus movimentos sociais, na sociedade de classes, no espaço de possibilidades, pensado a partir de que pode variar de acordo com as trajetórias geográficas e do feminismo agrário regional no Sul do Pará.

Pensar as questões de gênero é principalmente uma característica das mulheres. Foi assim com Maria Pereira e Aninha, mas também foi assim para as demais mulheres que compõe o MMC. A explicação para tal é de um sujeito oprimido, e que busca compreender e contestar a causa da opressão, e a partir disso, é estreitada uma relação com o feminismo.

Essas mulheres passaram a trabalhar com problemáticas envolvidas pelas desigualdades sexuais que também constituem pautas (algumas vezes até primárias, como as campanhas de documentação da mulher do campo) engendradas pelos movimentos feministas em suas “ondas”.

Na busca pelo reconhecimento da cidadania da mulher do campo, o MMC agrupa uma variedade de mulheres que, além de um movimento político de classe, defendem o direito à uma formação política que incentive a participação das mulheres em espaços públicos, e até mesmo na posse da terra, como reafirmado por Ceíça.

O movimento feminista em si é construído com muitas ambiguidades e tensões. Ao mesmo tempo em que a representação dos movimentos feministas se tornam importantes, o próprio movimento reconhece a necessidade de considerar identidades, tempos, e, principalmente, a realidade vivida do sujeito político mulher, em que modelos ou teorias universais não são capazes de dimensionar questões específicas, e que são importantes.

Diante disso, os modelos de compreensão da mulher e de seus movimentos políticos com uma visão mais totalizante passam a ser questionados. E, cada vez o

movimento feminista busca estratégias para pensar a multiplicidade. Como isso poderia ser apropriado pelo MMC? Compreende-se que um movimento de mulheres do campo deve valorizar a esfera territorial.

O MMC também é movimento complexo e contraditório, entre sociabilidade e individualidade, e principalmente, entre as relações de gênero e a totalidade da vida social. Quando a luta é o “uno” da representação, e da garantia dos direitos básicos, existe o sujeito político mulher, e isso é reconhecido. Mas, para além da esfera do auxílio formação da identidade política da mulher em Conceição do Araguaia, houve a valorização da dinâmica territorial que já era estabelecida por elas? (Considerando que o MMC caminha sob ponto de vista de imbricar experiências com o movimento feminista mais amplo).

O espaço é um devir, e, ao longo do desenvolvimento do trabalho, o entendimento sobre o movimento de mulheres no território Sul do Pará/Alto Xingu mostrou uma dinâmica muito interessante, reforçando principalmente a importância de se reconhecer a identidade de gênero.

Tá aí uma coisa que o movimento de mulheres conseguiu. Nós que conseguimos isso de ter mais igualdade no município, e do movimento nacional também. O movimento nacional auxiliou para que nós conseguíssemos a valorização das mulheres dentro da posse, porque hoje é obrigatório o meu nome ser citado dentro da propriedade, por mais que a terra seja no nome do meu esposo (...) antigamente, nós éramos tidas como agregadas dos indivíduos, eu era agregada dele. Mas, nós lutamos juntos. Então, a luta de classe e gênero é para mostrar que nós estamos juntos. É dentro dessa visão que nós temos que mostrar que as relações de gênero são transformadoras. Estamos enquanto MMC pendenga, mas estamos aí...Assim, eu nunca perdi a minha identidade de mulher camponesa, e nunca vou perder, eu tô construindo uma luta, um projeto de vida. (Entrevistada Ceixa, atual liderança do MMC em Conceição do Araguaia, 48 anos, 19 jan. 2018)

Entretanto, da base territorial ao MMC, algumas características ficaram pelo caminho. Como assim? Uma organização de mulheres de cunho nacional (que através da Via Campesina ganha uma projeção internacional) exerce muito mais pressão, e ganha um peso de representação maior, a partir de demandas mais gerais. A base territorial do movimento de mulheres em Conceição do Araguaia teria sido então anexa ao MMC e desconexa do seu contexto mais próximo de atuação?

Através dos relatos orais, existe um envolvimento emocional muito forte ao movimento nacional. Elas relembram as mobilizações para “descer” à Brasília, as

reuniões com políticos importantes para debater os direitos previdenciários das mulheres, as marchas, os gritos, e a bandeira.

Foto 4- Lenço com a bandeira do movimento bordada (arquivo pessoal de Ceixa)



Fonte: Laís Alves dos Santos, *Conceição do Araguaia*, 2018.

Entretanto, para além do simbolismo que elas carregam na bandeira e na alma, tem-se a percepção que as estratégias mais cotidianas de organização das mulheres foram colocadas em segundo plano. A forma assumida na luta pelo direito de sindicalização e pelo reconhecimento como trabalhadora é uma dimensão desse processo.

Na luta pela criação da secretária de mulheres, na resistência do sindicato e nas mobilizações iniciais para participar dos encontros nacionais, esses eventos eram marcados pela solidariedade e pelo companheirismo pautado na afinidade política de consolidar um movimento de mulheres.

Então, a nossa estratégia para poder juntar as mulheres era... Assim, nós que estávamos mais na frente, buscava formação junto com a Aninha da CPT para fazer atividade no grupo, para poder passar para as demais companheiras que estavam nos acampamentos, assentamentos e vilas próximas de nós. Nós se juntava para fazer doce, fazer perfume, fazer sabão líquido, fazer remédios caseiros, incentivar a fazer a horta, entendeu? Pra plantar os remédios

caseiros, então, nós incentivávamos a fazer festinha para acompanhar, para poder arrecadar dinheiro para o grupo, entendeu? Aí fazia festinha, fazia rifa, fazia um bingo, a gente dava o subsídio junto com o sindicato, com o carro do sindicato, buscava apoio com o prefeito, com vereador, buscava com quem podia ajudar...fazíamos um livro ouro pra pedir, nós fazia pedágio na estrada, nós pedíamos nos comércios, tudo isso nós fazia. Nós conseguimos fazer algumas coisas. (Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

As estratégias desenvolvidas eram para manter as despesas da “casinha das mulheres”, como para auxiliar na criação e articulação da rede de interação territorial das mulheres.

Quando era para nós fazermos a viagem, cada uma fazia sua atividade lá no seu grupo para vir aquelas mulheres de lá do seu grupo com seu recurso, aí aqui nós reunia todo mundo. Se fosse para viajar, para Belém, Brasília, Marabá, não têm dessa, a gente ia atrás e conseguia.(Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

A partir do agrupamento à ANMTR, a formação levada para os grupos deixou de ser principalmente de caráter material, ou técnico (quase sempre com a perspectiva de geração de renda) e se aprofundou em intensificar o fato de que agora uma multiplicidade de mulheres organizadas e fundando um movimento social de classe e gênero.

Depois do MMC, a estratégia é essa, era levar a atividade para ser realizada lá no grupo lá com mulheres, e lá nós fazíamos palestra dos direitos, da importância do grupo de mulheres, da organização do grupo de mulheres, o que representava o movimento nacional de mulheres, como começou, porque que ainda precisava se reunir para que elas conseguissem enfrentar os desafios que as vezes estavam enraizados dentro da própria família, o próprio marido, os próprios filhos...para poder sair do pé do fogão, entendeu? É uma coisa fantástica, entendeu? Aí, outras vezes a gente ia lá, passava, marcava uma reunião no local lá onde aglomerasse todo mundo, aí trazia todo mundo dali daquela região para aquele lugar, para passar os dias interagindo, passando informações, e para poder reunir as mulheres, era esse tipo de estratégia que nós fazíamos. E daí nos ia brigar por nossos direitos, aí tinha campanha de documentos, com as campanhas daqui a gente dizia “nós quer isso”, “nós quer aquilo” e nós conseguia...era assim que nós trabalhava com as mulheres...muitas vezes, na raça. (Entrevistada Gonçalves, militante do MMC e diretora do STTR de Conceição do Araguaia, 52 anos, 17 jan. 2018)

A formação política “aumentou” o nível do debate de gênero, como afirma Meire. Porém, as ações políticas na base territorial se tornaram cada vez menos frequentes.

Diante de tal situação, muitas das militantes do MMC conscientes da luta de classe e gênero se estabilizaram no município.

Como ressaltado na parte 1.6 do trabalho, no território, existe uma forma de controle simbólica. Entendemos a partir dos relatos que houve uma territorialização da identidade de gênero e a des-territorialização no sentido dessa pesquisa é entendido a partir do que Haesbaert (2004) como “perda” de controle político de um espaço, nesse caso, referente ao MMC.

CONCLUSÕES

Mire e veja: o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior (J. Guimarães Rosa. Grande sertão: Veredas)⁴¹

Algumas questões nos acompanharam ao longo da pesquisa, mas destacamos enquanto objetivo geral compreender os elementos que definem a construção da mulher enquanto sujeito político e que explicam a construção do movimento de mulheres em 2003 e o seu processo de des-territorialização do MMC em Conceição do Araguaia – PA no ano de 2016.

Na história do movimento, existe uma trajetória de acontecimentos políticos que foram influenciadores diretos na organização das mulheres camponesas. Diante disso, concluímos que deve ser considerado que a construção de identidade está associada ao movimento de mulheres a partir de um território com base material, mas, que ultrapassa os limites da des-territorialização pelo simbolismo que a identidade de gênero carrega em Conceição do Araguaia.

Meire em si não é o movimento, Gonçalves não é só a representação do sindicato, e Ceiza não é a responsável pela des-territorialização política do movimento. Todas possuem perfis de liderança diferentes. Identificamos dois elementos principais que as assemelham no processo de construção da identidade política de gênero. O primeiro: todas as três possuem uma relação com a terra. O segundo: elas reconhecem o espaço da mulher além-casa, lutando sempre por igualdade, mesmo que não estejam respondendo enquanto movimento de mulheres camponesas.

À vista disso, ressaltamos que as trajetórias geográficas convergem. Realizar um trabalho pela perspectiva de gênero na geografia foi um desafio, e os caminhos nem sempre foram tão sinuosos, porque na pesquisa qualitativa existe um pouco disso. Foi a experiência de três anos no núcleo de extensão que fez com que a necessidade de falar de memórias, relatos e experiências de mulheres florescesse, e, para fins conclusivos, afirma-se que procurar por elas fez sentido.

⁴¹GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas: Edição Comemorativa**. Nova Fronteira, 2013.

Falamos da des-territorialização política do movimento, mas, anterior a isso, abordou-se a importância de afirmarmos que a construção da identidade é bastante complexa e não conclusa. Vejamos bem.

Meire - ao mesmo tempo em que é mulher é advinda de uma linhagem de transgressão às barreiras do lar, sempre incentivada pelos princípios de luta pela terra, após problemas de ordem familiar, precisou valorizar o âmbito familiar em detrimento da dedicação total a atuação nos espaços político como em outrora. Afirma que não consegue viver sem mediar conflitos e resolver problemas, e, atualmente, sua luta é outra: é por uma educação do Campo, que reconheça as diferenças dos sujeitos, inclusive, as de gênero. Todavia, sonha com a rearticulação do movimento, mas, descarta “por hora” a possibilidade de protagonismo de liderança.

Nem sempre a trajetória de Meire foi harmônica, talvez, abandonar esse espaço a liderança do movimento esteja também relacionado com um processo de criminalização das lideranças políticas do MMC em âmbito nacional a partir de uma ação que fizeram no Sul do País, e isso refletiu em toda a articulação territorial do movimento. Destacamos que a criminalização das lideranças foi algo que não foi abordado durante as falas das entrevistadas, acreditamos que por receio, visto que se trata de um assunto de grande delicadeza. Desta forma, neste trabalho, por se tratar de uma pesquisa que terá continuidade, buscaremos obter relatos que nos apontem

Gonçalina - por muito tempo, o espaço familiar foi sua prioridade. Entretanto, a igreja representou um local de formação política, e o fazer político sob a sombra do marido não foi suficiente, engajou-se no sindicato, começou a participar da secretaria de mulheres, enfrentou o machismo dentro de casa quando assumiu a diretoria do sindicato e sofreu ainda mais quando se tornou viúva. Porém, é a primeira presidenta do STTr de Conceição do Araguaia, mas, ainda assim, lamenta pela des-territorialização política do MMC, pois o seu relato de si é sempre ressaltando os atos da rede de interação do movimento.

Ceição – é uma mulher que ao passo que se inseriu efetivamente no movimento de mulheres, literalmente “vestiu” a camisa do MMC. E, apesar de ressaltar as dificuldades enfrentadas, não perde a esperança de uma rearticulação política do MMC em Conceição do Araguaia, e que a base territorial se torne “ativa” como antes. De todas, talvez a mais esperançosa no sentido de rearticular toda a rede de mulheres que perpassa Conceição do Araguaia, o Sul do Pará, até o MMC nacional.

O Sul do Pará é um campo amplo para a realização de pesquisas. Mas, acredita-se que era preciso escrever sobre processos, e, principalmente, das reminiscências de ciclos aparentemente fechados, entendam bem, aparentemente. Pretendia-se realizar um estudo sobre a “mulher” no Sul do Pará, mas, “mulher” não é uma categoria universal, e assim como o movimento feminista, o movimento de classe e gênero (como o MMC é colocado no seu texto base), é rodeado pelas contradições.

Um movimento de classe e gênero é importante para as mulheres do agrário. Entende-se que esse movimento problematizou e incentivou as mulheres camponesas a lutarem pela transformação da condição que outrora estiveram submetidas. O MMC existe para lutar pela libertação da mulher, produzir alimentos saudáveis para todas(os), e para que a sociedade viva com mais igualdade e dignidade.

O reconhecimento que o movimento faz da diversidade algo positivo. A institucionalização de um movimento nacional (com visibilidade internacional) é algo positivo, a base territorial de Conceição do Araguaia também estar inserida nesse processo, é muito positivo. Todavia, anterior ao MMC, exista uma base de luta articulada, uma dinâmica particular do Sul do Pará.

Os territórios-rede se constituem com articulações entre espaços em diferentes escalas: em que, de um lado, na escala local (no território), está a informação factual, a valorização do vivido, a tendência à heterogeneidade, os dados individuais ou desagregados, os fenômenos manifestos; de outro lado, na escala regional ou global (no território-rede), está a informação estruturante, a valorização do organizado.

A identidade de gênero já se construía, mulheres se rebelavam contra a opressão. Posterior à des-territorialização política do MMC, muito ficou guardado nas memórias e nas histórias que pelas bandas de Conceição do Araguaia foram ouvidas. Porém, o mais importante dos elementos da luta pela terra, de um reconhecimento de gênero, e de constituição de um movimento de classe e gênero, foi o apontamento para dois processos que não estão findados: a dinâmica multiterritorial que se encontra em uma fase de des-territorialização política, a partir do MMC, mas que é parte de uma des-re-territorialização, e a própria de construção da identidade de gênero.

O primeiro objetivo específico deste trabalho consiste em identificar e analisar quais foram as estratégias territoriais das mulheres que resultaram na organização do Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento de classe e gênero.

Nesse sentido, percebemos que o MMC possui manuais e cartilhas sugestivas de como organizar o movimento em suas bases, com gritos de ordem, e reconhecimento de

datas simbólicas como, por exemplo: 8 de março – Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e Lutadora, 28 de maio – Dia Nacional de Luta pela saúde da Mulher, 12 de agosto – Dia Nacional de Luta Contra a Violência no Campo, pela Reforma Agrária, 25 de novembro – Dia de Luta pelo Fim da Violência Contra a Mulher, entre outras.

Para o MMC, a base é composta por todas as mulheres camponesas que se organizam e assumem a proposta do movimento, que perpassa especialmente pela formação, lutas de resistência e enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado. Toda ação feminista e popular realizada pelas mulheres camponesas, que parte de suas necessidades buscando as soluções de problemas e elevando o nível de consciência individual e coletiva rumo à libertação no âmbito do movimento, caracteriza estratégias de organização.

A nossa primeira hipótese que trata da limitação da questão de gênero mesmo com uma trajetória de construção da identidade política da mulher e que mesmo diante de um movimento de mulheres, não resistiu à pressão machista e patriarcal historicamente herdada foi refutada porque essas mulheres ainda estão em “combate”, estão ocupando espaços políticos, e estão na luta.

Já a segunda, corresponde um pouco mais com a realidade. No desenrolar da pesquisa, entendemos que o processo de construção de identidade pressupõe a construção de um território, nesse caso, de uma base territorial articulada à uma rede de interação territorial que deu suporte para que o MMC se organizasse. Sendo a identidade de gênero a representação do território, então, esse território continua a existir.

Porém, por sua vez, o MMC acabou passando pela complexificação "multiterritorial" de mobilização, da criminalização de lideranças e o desmonte do Estado e das políticas públicas, o que ocasionou uma desmobilização de toda a rede que era articulada à Conceição do Araguaia. O que na nossa perspectiva, justifica uma des-territorialização política, e uma re-territorialização da identidade de gênero, que não se perde, pois assim como o território, ainda está em processo de construção.

Considerando o último objetivo: identificar e analisar, a partir das experiências do MMC, como se constitui uma geografia emancipatória (do ponto de vista do sujeito e do movimento) a partir da luta de classe e gênero.

A pesquisa revelou que a ideologização do MMC nos auxilia na construção de uma perspectiva crítica, dialética e relacional que tende a deixar claro como as "diferenças" se articulam a partir de relações sistêmicas de dominação e um desejo de transformação de um mundo 'problemático', seja na luta pela reforma agrária, na busca

pela garantia de direitos que estão sendo usurpados, seja na luta de gênero que é uma luta contínua com a própria subjetividade.

Deleitamo-nos no enfoque feminino e da dimensão espacial de processos políticos por acreditar que mesmo com os “problemas de gênero”, com as suas múltiplas contradições, o feminismo, a partir das trajetórias dessas três mulheres, é uma descoberta diária, como citado acima, quando falávamos do processo de construção de identidade, a emancipação não é algo dado, ou conquistado por completo.

Essas mulheres vivem a alegoria da caverna todos os dias, e todos os dias precisam redescobrir a luz que ainda brilha “aqui fora”. Seja na escola (Meire), na coordenação do grupo de mulheres na igreja (Ceixa), ou dentro do sindicato (Gonçalina) o reconhecimento da identidade política é o mesmo.

Assim como Doreen Massey se via como feminista, sem ao menos serem questionadas sobre isso, Meire, Gonçalina e Ceixa se definiram como mulheres feministas. Mesmo com todas as diferenças, conflitos e tensões, elas, e eu carregamos o fato de sermos mulheres, como mais uma vez, afirmo a partir do pensamento de Haraway.

Por fim, ressaltamos que essa é apenas uma pesquisa inicial, e adiante, nos caminhos de pesquisas futuras, nos esforçaremos para mostrar que os movimentos de mulheres não devem mais sustentar apenas o tido como “essencial” da base feminista, mas sim complexificar a problematização de como as identidades presentes em um movimento de mulheres podem ser contraditórias, parciais, estratégicas e condutoras de trajetórias específicas de emancipação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Problems of Moral Philosophy**. Tradução para o inglês de Rodney Livingstone. Stanford University Press, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo, vol. II. **São Paulo: Difusão Européia do Livro**, 1980.
- BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.
- DIAS, M. G. A. **A transgressão política de Gonçalves**. 2018. Entrevista cedida a SANTOS, L.A, Conceição do Araguaia 17 jan. 2018.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.
- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007.
- FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx. Por ruma concepção expandida do Capitalismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 10, 2015.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005
- GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014
- HAESBAERT, R. LUGARES QUE FAZEM DIFERENÇA: ENCONTROS COM DOREEN MASSEY. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 5-10, 2017.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, v. 1, n. 1, p. 15-39, 2009a.
- HAESBAERT, R. Território e região numa constelação de conceitos. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, p. 221-242, 2009b.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2004.
- HARAWAY, D. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Eds). **Antropologia do cibogues: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2013.

- IANNI, O. **A luta pela terra**. Centro Brasileiro de análise e planejamento (CEBRAP), 1978.
- LEFEBVRE, H; LOREA, I. M. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- MARQUES, G. M. Feministas libertárias: Práticas contemporâneas de resistência. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10.
- MASSEY, D. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia, Niterói, v.6, n.12, p.7-23, jul. /dez. 2004.
- MASSEY, D. Imaginando a Globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis-SC**, v. 3, n. 5, p. 142-155, 2007.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papius, 2000. p. 176-18.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil, 2008.
- MASSEY, D. **Space, place and gender**. John Wiley & Sons, 2013.
- MATOS, M. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, 2010.
- MOSER, C. **Gender planning and development theory, practice and training**. NewYork:Routledge,1993.
- MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Texto Base MMC**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/download>> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- NIETZSCHE, F. **On the Genealogy of Morals**. Tradução para o inglês de Walter Kaufmann. Nova York: Random House, 1969.
- OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 2007.
- OLIVEIRA, A. U . A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.
- ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.
- PAULILO, M. Â. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.
- PEREIRA, A. R. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. **Recife: Editora UFPE**, 2015.
- PETIT, P; PEREIRA, A; PESSÔA, F. Camponeses, fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no Sul e no Sudeste do Estado do Pará: 1960-1980. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, p. 337-365, 2014
- ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. supl 1, 1993.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a “Economia Política” do sexo.** Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** CUP Archive, 1986.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, C. D. M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direito.** Estudos Feministas, v.15,n.2,p.437–443,2007.

S, M. C. O. L. **Entre a des-territorialização e a identidade.** 2018. Entrevista cedida a SANTOS, L.A, Conceição do Araguaia 19 jan. 2018.

SCHMINK, M; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia,** Belém: ed.ufpa, 2012.

SCOTT, J. W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767,** v. 16, 1998.

SILVA, J. M. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. **Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ,** p. 173-189, 2005.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional,** v. 8, n. 1, 2007.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista!’ Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia,** v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo, Brasiliense, 1986.

SILVA, M. M. P. **A trajetória de luta de Meire.** 2018. Entrevista cedida a SANTOS, L.A, Conceição do Araguaia 18 jan. 2018.

TERENCE, M. F. **Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: Um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana.** 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VIEIRA, M, C. **Participação de mulheres e questão de gênero no território do Sul do Pará/Alto Xingu.** 2017. Entrevista cedida a Batista, F.T; Silva, M.P e Santos, L.A Marabá, 14 jan. 2017.

PATEMAN, C. **Sexual contract.** John Wiley & Sons, Ltd, 2014.